

POVO LIVRE

Director: Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto

Periodicidade Semanal

Registo na ERC nº 105690

Propriedade: PSD - Rua de São Caetano, nº 9 1249-087 Lisboa

José Sócrates desencadeou uma guerra incompreensível com o Presidente da República



Destaques:

- Mensagens do Chefe do Estado aos Portugueses, sobre o estatuto dos Açores, e no Fim de Ano

Nas páginas interiores

- Sócrates passa pelos debates parlamentares, sem responder a uma única pergunta!

Pag 2 e seguintes
(actividades da Presidência)

- Imigrantes desprezados pela esquerda, que os proíbe de votar por correspondência

Em “Actividades do PSD”

- PSD pede fiscalização constitucional de controversial artigo do Estatuto dos Açores

“Em actividades do PSD”

No jantar de Natal dos deputados do PSD

Manuela Ferreira Leite acusou José Sócrates de “desencadear uma guerra com o Presidente da República”

No passado dia 18 de Dezembro, falando no jantar de confraternização natalícia dos Deputados do PSD, a presidente do Partido, Manuela Ferreira Leite, acusou o primeiro-ministro, José Sócrates, de “desencadear uma guerra com o Presidente da República” em momento de crise, mostrando não ter presente o interesse nacional.

“No momento de crise que estamos a passar, em que, em todos os países, nós vimos a coordenação de esforços de todos aqueles que têm responsabilidades na governação, foi exactamente neste momento que o engenheiro Sócrates achou por bem desencadear uma guerra com o Presidente da República”, declarou Manuela Ferreira Leite.

A presidente do PSD referia-se à decisão do PS de confirmar o Estatuto dos Açores, alvo de veto político por parte do Presidente da República, rejeitando alterar os artigos contestados por Cavaco Silva.

Segundo Manuela Ferreira Leite, nada faria esperar esta atitude dos socialistas neste momento.

“Mais uma vez mostra que o interesse nacional não é aquilo que está presente nas orientações do PS mas aquilo que provavelmente considera que é o que mais lhe interessa”, sustentou.

No seu discurso perante os deputados do PSD, Manuela Ferreira Leite contestou também a alteração à lei eleitoral da Assembleia da República que proíbe o voto por correspondência dos emigrantes - diploma cuja votação o PS adiou da semana passada para a sexta-feira, o mesmo dia em que foi votado o Estatuto dos Açores.

“Estão a tentar tomar esta decisão, eu direi, à socapa. Resolvem pô-lo à votação disfarçado no meio do polémico Estatuto dos Açores. Só que nós estamos atentos e denunciámos que amanhã os socialistas se preparam para restringir o voto dos emigrantes por calculismo descarado do que julgam ser os seus interesses partidários”, declarou a presidente do PSD.



Manuela Ferreira Leite acrescentou que “os socialistas arrogam-se de democratas, encham a boca com a defesa dos emigrantes mas, na prática, não hesitam em pôr de lado princípios e valores se o que estiver em causa for a eliminação de votos que podem não lhes dar jeito”.

“Se para isso for necessário beliscar os princípios democráticos, retirando na prática direitos de voto aos emigrantes, não hesitam. Os socialistas julgam-se acima de tudo e de todos, mesmo acima do interesse nacional. Mais uma vez, não pensam nas pessoas mas nos resultados que lhes são úteis”, acusou.

Mais uma vez, a Presidente do PSD referiu que o Partido vai pedir a fiscalização sucessiva do diploma sobre os Açores, ao Tribunal Constitucional, que – segundo os mais destacados constitucionalistas portugueses, decerto irá declarar a inconstitucionalidade do articulado que subordina indevidamente a uma Lei menor (o Estatuto açoriano), uma Lei Maior (a Constituição)

Sócrates conseguiu passar pelo Parlamento, especialmente nos debates, sem responder a uma única pergunta!

A presidente do PSD acusou também José Sócrates de ser um primeiro-ministro que “não pensa nas pessoas” e que, por dificuldade em reconhecer erros, “mantém ministros em funções” insensatamente.

Manuela Ferreira Leite dedicou hoje a maior parte do seu discurso a criticar o primeiro-ministro, acusando-o de não ter em consideração o interesse público ao “desencadear uma guerra com o Presidente da República” a propósito do Estatuto dos Açores.





A presidente do PSD insistiu na ideia de que “não é o País que preocupa” o PS “mas sim a imagem do momento”, alegando, concretamente quanto a José Sócrates, que “o primeiro-ministro não pensa nas pessoas, pensa nos resultados que lhe são úteis”.

“A actuação engenheiro Sócrates aqui no Parlamento tem sido retrato fiel da sua personalidade: Acha que o que está bem a ele se deve, porque o que está mal é obra muitas vezes do passado, muitas vezes do futuro, nunca culpa do presente”, criticou.

“E, como nunca reconhece que se engana, mantém ministros em funções contra tudo o que a sensatez poderia aconselhar”, considerou Manuela Ferreira Leite, sem identificar os ministros a que se referia.

“Evidentemente que o faz para provar a sua infalibilidade a despeito do prejuízo para o País”, acrescentou.

Por outro lado, Manuela Ferreira Leite acusou o PS de apresentar medidas propostas pelo PSD como se fossem suas, “sem nunca agradecer a ajuda”, sem mencionar os sociais-democratas e “sem nunca pedir desculpa pela utilização das ideias usurpadas”, no que qualificou de “um comportamento anti-democrático, arrogante, pouco sério e por isso inaceitável”.

Além disso, a presidente do PSD criticou ainda o comportamento do primeiro-ministro nos debates quinzenais dizendo que “o engenheiro Sócrates consegue passar pelo Parlamento sem nunca ter respondido a uma única pergunta” e “sem nunca se apresentar com sentido de Estado a pensar o País”.

“Pelo contrário, inaugurou uma prática inédita no Parlamento, que consiste em o Governo questionar os deputados. Enquanto o primeiro-ministro fizer política de propaganda, socorrendo-se de técnicas de marketing em vez de competência técnica, o País vai resvalando para onde não devia”, alegou Manuela Ferreira Leite.

As grandes exigências a todo o PSD em 2009, serão, sem excepções, para todos!

Já no início da sua declaração aos deputados, a presidente do PSD, advertiu-os que em 2009, não haverá descanso, considerando que as atenções vão centrar-se no Partido e que será o mais exigente ano político de que se recorda.

“Estamos hoje à beira de uma pausa nos nossos trabalhos políticos e parlamentares, pausa essa que eu não prevejo quando se repetirá”, declarou

Manuela Ferreira Leite, no início do seu discurso no jantar de Natal com o grupo parlamentar do PSD, no Parlamento.

“2009 vai ser o mais exigente ano político de que me recordo, por nisso penso que a seguir a esta pausa não vai haver mais pausas, nem fins-de-semana, nem férias, nem feriados”, acrescentou.

Manuela Ferreira Leite referiu que 2009 “vai ser um ano de muitas eleições” e avisou que os sociais-democratas estarão “expostos a uma grande exigência e a um enorme desgaste”, com “todas as atenções” centradas no PSD.

“Em primeiro lugar, por sermos obviamente a esperança de alternativa a este Governo, por sermos merecedores da confiança de muitos e muitos portugueses que ainda não desistiram de acreditar que é possível um futuro melhor. Depois, porque a monumental máquina de propaganda do Governo tudo fará para desviar as atenções e disfarçar as debilidades do PS encobrendo até ao limite do possível o enorme fracasso deste Governo”, justificou.

No final do seu discurso, a presidente do PSD voltou a advertir os deputados de que “a atenção no próximo ano vai centrar-se” nos sociais-democratas e acrescentou que “as faces mais visíveis neste combate vão certamente ser as da direcção do Partido e do grupo parlamentar”.

“Daí a nossa responsabilidade acrescida. Responsabilidade colectiva mas responsabilidade também de cada um de nós. Responsabilidade individual pelo papel que desempenhamos no País e pela história que representamos na democracia. Se tivermos dúvidas de qual é esse papel basta ter presente quem somos e que seremos sempre: sociais-democratas”, declarou.

Manuela Ferreira Leite salientou que “o Partido precisa do grupo parlamentar”.

“Sei que posso contar com a vossa coragem e com a vossa lealdade. Eu conto com todos os deputados mas conto também com todos os funcionários deste Partido”, disse, desejando-lhes “um santo Natal e um 2009 à medida das vossas esperanças”.

Paulo Rangel conta “com a colaboração de todos” os deputados e deixa uma palavra de grande confiança e grande esperança

Antes, numa intervenção de três minutos, também o líder parlamentar do PSD, Paulo Rangel,

disse contar “com a colaboração de todos” os deputados e quis deixar “uma palavra de grande confiança e de grande esperança nestes próximos meses de actividade parlamentar”.

“Conto com a colaboração de todos, conto com todos para sermos o rosto de uma política alternativa para Portugal. Portugal vive um momento muito, muito difícil. Portugal precisa hoje de nós mais do que precisou antes. Temos essa responsabilidade de dar uma resposta àqueles que, no País inteiro, hoje chamam por uma alternativa à do PS”, acrescentou Paulo Rangel, reiterando que conta “com a colaboração de todos”.

O jantar de Natal do grupo parlamentar do PSD acontece quinze dias depois de se terem registado 30 ausências de deputados do Partido às votações, num dia em que a oposição poderia ter feito aprovar um diploma recomendando ao Governo a suspensão da avaliação dos professores porque divergências na bancada do PS colocaram os socialistas em minoria.

Na sequência desse episódio, Manuela Ferreira Leite chamou Paulo Rangel para se informar de quem foram os deputados que faltaram e o grupo parlamentar do PSD reuniu-se para discutir o assunto, decidindo apresentar um projecto de lei para suspender o actual modelo de avaliação como forma de reparar a “falha”.

“A crise financeira tem sido um precioso álibi a estratégia de Sócrates”

A presidente do PSD disse ainda que “a crise financeira tem sido neste contexto um precioso álibi para a sua estratégia”, um “triste álibi”, observou.

“O Governo vai tentar encobrir resultados onde eles são maus, vai anunciar paz no meio da guerra, vai querer mostrar força onde não existe respeito, vai ensaiar determinação onde já só lhe resta recuar. Cabe-nos a nós desmascará-lo - a todos nós”, concluiu Manuela Ferreira Leite, dizendo aos deputados do PSD que eles que eles serão “os grandes protagonistas nesta tarefa”.

Na mesa onde jantou a presidente do PSD estavam sentados, entre outros, o líder parlamentar do partido, Paulo Rangel, o secretário-geral, Luís Marques Guedes, e o anterior líder parlamentar, Pedro Santana Lopes, esta semana anunciado como o candidato social-democrata a presidente da Câmara Municipal de Lisboa.

– Fontes: Lusa, RTP1, TSF



Importância das mensagens aos portugueses, do Presidente da República

O líder parlamentar do PSD argumentou hoje que os deputados que votaram favoravelmente o projecto do CDS-PP que recomendava a suspensão da avaliação dos professores só podem votar a favor do diploma social-democrata sobre a mesma matéria.

Numa carta enviada por e-mail aos 75 deputados do grupo parlamentar do PSD, Paulo Rangel apela a que a bancada social-democrata dê “um contributo positivo para desbloquear esta situação de crise” na educação.

Na carta, enviada a propósito do projecto de lei social-democrata de suspensão da avaliação dos professores que será debatido quinta-feira no Parlamento, Paulo Rangel informa que “o PSD, nos termos regimentais, aceitará o agendamento de projectos de outros partidos que visem a mesma finalidade”.

“Quem esteve ao lado dos que sugeriam a suspensão, por maioria de razão, só pode – agora – estar do mesmo lado”, argumenta o líder parlamentar do PSD, referindo-se ao projecto de resolução do CDS-PP que recomendava ao Governo suspensão da avaliação, que foi debatido e votado no dia 5 de Dezembro.

O projecto do CDS-PP contou com seis votos favoráveis e uma abstenção de deputados socialistas, que teriam colocado o PS em minoria e permitido a aprovação do diploma, não fossem as faltas de deputados da oposição, incluindo 30 ausências na bancada do PSD.

Paulo Rangel sublinha que, ao contrário do projecto do CDS-PP, o diploma social-democrata que vai ser discutido na quinta-feira “é verdadeiramente vinculativo” e alega que se trata de uma iniciativa “aberta e



neutral”, que “deixa todo o espaço de manobra e negociação ao Governo e aos agentes educativos”.

PS prepara o “chumbo”

O projecto do PSD a favor da suspensão da avaliação dos professores, que será discutido e votado amanhã, no Parlamento, está em vias de ser reprovado, já que apenas dois dos sete deputados socialistas “rebeldes” prometem chumbá-lo.

O cenário mais provável para a votação de quinta-feira é o chumbo do projecto de lei do PSD, porque os deputados socialistas João Bernardo (que antes votara ao lado da oposição) e Odete João (que se abstivera) afirmaram à agência Lusa que estão contra o diploma dos social-democratas, alinhando desta vez com a posição da bancada da maioria.

Por outro lado, entre o grupo dos quatro deputados “alegristas”, onde se

contam o ex-candidato presidencial, Teresa Portugal, Júlia Caré e Eugénia Alho, a opção pela abstenção está em cima da mesa.

Teresa Portugal, Eugénia Alho e Júlia Caré, que ao lado de Alegre votaram a favor das resoluções da oposição, disseram à Lusa que ainda não decidiram o seu sentido de voto na quinta-feira, mas criticam o PSD por avançar com um projecto de lei.

Partindo do princípio que todos os 230 deputados estarão presentes na votação de quinta-feira - e mesmo colocando a hipótese de os quatro “alegristas” repetirem o seu voto ao lado da oposição -, os deputados “rebeldes” socialistas apenas poderão ser cinco no máximo, o que limitará o número de votos a favor do diploma do PSD a 114.

Partindo igualmente do mesmo princípio de que todos os 121 deputados da maioria socialista estarão presentes na votação de quinta-feira,

com o desconto de cinco possíveis deputados “rebeldes” na sua bancada, mesmo assim o Grupo Parlamentar do PS totalizará 116 votos, mais dois do que a oposição.

Mensagem de Ano Novo do Presidente da República foi “particularmente importante” face à crise económica

O vice-presidente do PSD, António Borges, considerou que a mensagem de Ano Novo do Presidente da República foi “particularmente importante” face à crise económica que se vive em Portugal, que se traduz numa “estagnação que já dura há oito anos”.

“É uma mensagem particularmente importante no momento presente, face às desigualdades económicas que se registam em Portugal, que estão a criar e a agravar situações de profunda injustiça na sociedade portuguesa e que resultam da política económica que tem vindo a ser seguida e que se traduz por uma estagnação que já dura há oito anos”, disse António Borges em declarações à agência Lusa.

Admitindo que a crise económica que Portugal atravessa foi “agravada” pela crise financeira internacional, o vice-presidente do PSD responsabilizou a política económica dos últimos governos pela situação vivida em Portugal sem especificar a que governos se devem atribuir responsabilidades.

Para António Borges, a mensagem do Presidente da República “relembra o carácter urgente de uma redefinição da utilização dos dinheiros públicos, com particular atenção para os grandes projectos em relação aos quais não há nenhuma confiança em relação ao custo-benefício”, nem verdadeira análise dos mesmos sobre essa óptica – pelo menos que se saiba publicamente!.

Instado pela Lusa a especificar a que grandes projectos se referia, António Borges escusou-se a particularizar, alegando tratar-se de “todos têm de ser sujeitos a esse tipo de análise, crucial para a Economia e para os próprios projectos!”.

“É o conjunto desses grandes projectos que se torna totalmente despropositado numa situação de crise como a que Portugal atravessa”, disse, sublinhando ainda que a crise impõe “ausência de conflitualidade entre as várias instâncias políticas”.

Subscrevendo declarações do Presidente da República, António Borges apelou a que não haja





“conflitualidade entre instâncias políticas”, considerando que esta “tem vindo a crescer de forma completamente inútil nos últimos tempos”.

“Se a conflitualidade nunca se justifica, não é nesta altura [de crise] que se deve apostar numa conflitualidade crescente entre instâncias políticas”, sustentou.

Classificando a mensagem do Chefe de Estado como “de verdade e certa para o momento actual”, o vice-presidente dos sociais-democratas considerou “lamentável” que se persista no “erro” do endividamento externo de Portugal.

Defendeu ainda que a crise é “ultrapassável” desde que se aposte na “inovação, tecnologia, utilização rigorosa dos dinheiros públicos e num discurso de verdade”. – Fonte: Lusa

Imigrantes desprezados pela esquerda, que os proíbe de votar por correspondência

O Parlamento aprovou hoje, com os votos do PS, PCP, BE e PEV e os protestos do PSD, uma alteração à lei eleitoral nas legislativas que põe fim ao voto por correspondência dos emigrantes.

As bancadas do PSD, do CDS-PP, e o deputado não inscrito José Paulo Carvalho, votaram contra na votação final global desta lei que necessita de maioria absoluta dos deputados em efectividade de funções.

Até agora, os emigrantes votavam por correspondência para as eleições legislativas e presencialmente (nos consulados) para as presidenciais.

Paulo Rangel, líder parlamentar do PSD, acusou a maioria do PS, que apresentou a alteração à lei, de “querer restringir o votos dos emigrantes”.

“Pela primeira vez na história portuguesa, os emigrantes perdem direito de voto”, afirmou o líder parlamentar social-democrata numa conferência de imprensa, argumentando que esta mudança dificulta.

Os sociais-democratas prometem lutar “com todas as suas forças” contra esta lei, esperam que o diploma chegue ao Palácio de Belém - “logo veremos” No entanto, Rangel evitou dizer se o PSD espera um veto do Presidente da República, Cavaco Silva, à lei do PS.

“Seria incorrecto pronunciar-nos sobre o que o senhor Presidente da República vai fazer”, disse.

Em Julho passado, o PS decidiu apresentar uma proposta de alteração da Lei Eleitoral, onde determina o fim do voto por correspondência dos emigrantes.

O diploma foi debatido e votado na generalidade em Setembro, debaixo de uma chuva de críticas dos portugueses no estrangeiro.

O então presidente cessante do Conselho das Comunidades Portuguesas (CCP), Carlos Pereira, criticou o projecto socialista por considerar que esta alteração vai

contribuir para a abstenção, que já é elevada entre os emigrantes.

Há mais de três décadas que apenas PSD e PS elegem deputados nos círculos da emigração, com os social-democratas a garantir tradicionalmente três dos quatro assentos disponíveis.

A excepção foram as legislativas de 1999, quando os socialistas ficaram com os dois mandatos do círculo da Europa e conseguiram eleger um deputado pelo círculo Fora da Europa.

Nas últimas eleições, o PSD elegeu dois deputados no círculo Fora da Europa e um na Europa, enquanto o PS conquistou um assento na Europa.

PSD pede fiscalização constitucional do controverso artigo do Estatuto dos Açores

O PSD anunciou que vai pedir a fiscalização sucessiva de um artigo do Estatuto Político-Administrativo dos Açores, vetado pelo Presidente Cavaco Silva e aprovado na Assembleia da República.

“Vamos suscitar a fiscalização sucessiva quanto à norma do artigo 114.º”, afirmou o líder parlamentar do PSD, Paulo Rangel, numa conferência de imprensa no Parlamento, após a aprovação do diploma.

O artigo 114.º é um dos que suscitou dúvidas a Cavaco Silva, no seu veto, em Outubro, e que estipula a audição da Assembleia Legislativa Regional em caso de dissolução.

A fiscalização sucessiva da inconstitucionalidade não impede a lei de entrar em vigor e só pode ser pedida depois de promulgada e publicada.

Em média, o Tribunal Constitucional demora cerca de dois anos a decidir um pedido de fiscalização sucessiva, que pode ser pedido por 23 deputados.

A revisão do Estatuto Político-Administrativo dos Açores foi hoje confirmada pelas bancadas parlamentares do PS, PCP, CDS-PP, BE e Verdes e com a abstenção do PSD, registando-se numerosas declarações de voto nas duas maiores bancadas.

O diploma seguirá para a Presidência da República e Cavaco Silva terá oito dias para o promulgar e, aliás, à data desta publicação do PL, já o fez.

Apoio anunciado do Governo a funcionários em dificuldades financeiras, “não passa de pura propaganda”, afirma Rangel

O líder parlamentar do PSD, Paulo Rangel, classificou de “pura propaganda” o anúncio do Governo de apoio social aos funcionários públicos por “ser uma medida que sempre existiu”.

“A posição do PSD é de que se trata mais uma vez de pura propaganda por parte do Governo porque toda a gente sabe que desde sempre os serviços sociais dos diferentes ministérios

tiveram este tipo de medidas”, disse Paulo Rangel em declarações à Lusa.

O Estado vai dar até dois mil euros aos trabalhadores e aposentados da Função Pública em dificuldades financeiras para fazer frente a “situações de emergência”, como doença, acompanhamento de crianças em risco, obras e aquisição de equipamento doméstico.

De acordo com uma portaria publicada sexta-feira em Diário da República, o Estado também vai emprestar dinheiro aos trabalhadores e aposentados da Função Pública para

“situações de emergência” que resultem de encargos assumidos com “compra ou arrendamento de casa própria, doença, funeral, desemprego, realização de obras e aquisição de equipamento doméstico”.

Segundo o líder parlamentar do PSD, não se trata de uma novidade, o que é novo é a sua uniformização.

“É inaceitável que uma medida que desde sempre esteve na lógica da administração pública seja apresentada como uma medida nova. Toda a vida houve sempre possibilidade de recorrer a apoio de emergência”, disse.

Deputado Luís Rodrigues apresenta pergunta ao Governo

TERMINAL DE CONTENTORES DE ALCÂNTARA

Deslocalização do IPTM, contratos e eventuais aditamentos

Em requerimento dirigido ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, o deputado Luís Rodrigues, pede clarificações sobre a demolição do edifício Vasco da Gama, nos seguintes termos:



Na sequência da publicação do Decreto de Lei nº 188/2008, de 23 de Setembro, da autoria do Governo, e que está a sofrer forte contestação pública, tem vindo a ser referida na comunicação social a necessidade de demolição do edifício Vasco da Gama onde se encontra instalada a sede do IPTM, IP.

Sendo exacta a notícia, um conjunto de interrogações são desde logo suscitadas, questões que eventualmente poderiam estar já clarificadas se porventura o Governo tivesse respondido já aos Requerimentos/Perguntas subscritos por deputados do GP-PSD, em 19 de Junho e em 3 de Novembro, respostas que, contudo, continuamos a aguardar.

Os custos decorrentes de uma previsível necessidade de demolição e de encontrar uma alternativa funcional condigna para acolher o referido instituto, não se afiguram negligenciáveis nem desprezáveis, antes reforçando o conjunto de dúvidas que se adensam em torno da apressada prorrogação do contrato.

Por outro lado, **é inaceitável, inadmissível e de uma total falta de respeito pelas mais elementares regras democráticas, que o Governo não tenha até à presente data entregue à Assembleia da República o novo contrato celebrado com a concessionária, impedindo que os Deputados possam exercer o seu direito e dever de fiscalização sobre a acção do Governo.**

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, venho reiterar os anteriores requerimentos de sobre o assunto mencionado em epígrafe, concretamente 381/X/AC/3ª e 38/X/AC/4ª através de V. Exa., ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, para que nos seja remetido com urgência cópia do **contrato inicial, eventuais aditamentos** assinados entre o concessionário e a APL, bem como, **outros contratos celebrados posteriormente à publicação do referido diploma legal** acima mencionado, e requerer resposta urgente às seguintes questões:

1. Onde está o edifício Vasco da Gama que aloja a sede do IPTM, IP contabilizado e inscrito como activo? Qual o respectivo valor? Qual o custo de construção do edifício?
2. Quais os custos da deslocalização do IPTM e qual é a entidade que os assume?
3. Qual o local previsto para a reinstalação do IPTM?
4. O Conselho Directivo do IPTM aceitou a deslocalização? Apresentou condições e custos? Qual a data prevista? - 19 de Dezembro de 2008, Luís Rodrigues

Mensagens aos Portugueses, sobre o estatuto dos Açores e no Fim e Ano

Damos abaixo os textos integrais das duas mensagens que o Presidente Cavaco Silva dirigiu a Portugal e aos Portugueses, sobre o estatuto dos Açores e o fim-de-ano

Açores:

A lei que aprovou a revisão do Estatuto dos Açores, que tinha sido por mim vetada, foi, no passado dia 19, confirmada pela Assembleia da República sem qualquer alteração.

Isto é, não foram acolhidas, pela maioria dos deputados, as duas objecções que por mim tinham sido suscitadas.

É muito importante que os portugueses compreendam o que está em causa neste processo.

Este não é um problema do actual Presidente da República.

Não é tão-pouco uma questão de maior ou menor relevo da autonomia regional.

O que está em causa é o superior interesse do Estado português.

O Estatuto agora aprovado pela Assembleia da República introduz um precedente muito grave: restringe, por lei ordinária, o exercício das competências políticas do Presidente da República previstas na Constituição.

De acordo com uma norma introduzida no Estatuto, o Presidente da República passa a estar sujeito a mais exigências no que toca à dissolução da Assembleia Legislativa dos Açores do que para a dissolução da Assembleia da República.

Nos termos da Constituição, a Assembleia da República pode ser dissolvida pelo Presidente da República ouvidos os partidos nela representados e o Conselho de Estado.

Para dissolver a Assembleia Legislativa dos Açores, o Presidente da República terá que ouvir, para além dos partidos nela representados e o Conselho de Estado, o Governo Regional dos Açores e a própria Assembleia da Região.

Trata-se de uma solução absurda, como foi sublinhado por eminentes juristas.

Mas o absurdo não se fica por aqui. A situação agora criada não mais poderá ser corrigida pelos deputados.

Uma outra Assembleia da República que seja chamada, no futuro, a uma nova revisão do Estatuto vai estar impedida de corrigir o que agora se fez.

Isto porque foi acrescentada ao Estatuto uma disposição que proíbe a Assembleia da República de alterar as normas que não tenham sido objecto de proposta feita pelo parlamento dos

Açores.

Quer isto dizer que a actual Assembleia da República aprovou uma disposição segundo a qual os deputados do parlamento nacional, que venham a ser eleitos no futuro, só poderão alterar aquelas normas que os deputados regionais pretendam que sejam alteradas.

Os poderes dos deputados da Assembleia da República nesta matéria foram hipotecados para sempre.

Como disse, não está em causa qualquer problema do actual Presidente da República.

A Assembleia Legislativa dos Açores, em 30 anos de autonomia, nunca foi dissolvida e não prevejo que surjam razões para o fazer no futuro.

O que está em causa é uma questão de princípio e de salvaguarda dos fundamentos essenciais que alicerçam o nosso sistema político.

E não se trata apenas de uma questão jurídico-constitucional. É muito mais do que isso.

Está também em causa uma questão de lealdade no relacionamento entre órgãos de soberania.

Será normal e correcto que um órgão de soberania imponha ao Presidente da República a forma como ele deve exercer os poderes que a Constituição lhe confere?

Será normal e correcto que a Assembleia da República imponha uma certa interpretação da Constituição para o exercício dos poderes presidenciais?

É por isso que o precedente agora aberto, de limitar o exercício dos poderes do Presidente da República por lei ordinária, abala o equilíbrio de poderes e afecta o normal funcionamento das instituições da República.

O exercício dos poderes do Presidente da República constantes da Constituição não pode ficar à mercê da contingência da legislação ordinária aprovada pelas maiorias existentes a cada momento.

Por que é que a Assembleia da República não alterou o Estatuto apesar de vozes, vindas dos mais variados quadrantes, terem apelado para que o fizesse, considerando que as objecções do Presidente da República tinham toda a razão de ser?

Principalmente, quando a atenção dos agentes políticos devia estar concentrada na resolução dos graves problemas que afectam a vida das pessoas?



Foram várias as vezes que apontaram razões meramente partidárias para a decisão da Assembleia da República.

Pela análise dos comportamentos e das afirmações feitas ao longo do processo e pelas informações que em privado recolhi, restam poucas dúvidas quanto a isso.

A ser assim, a qualidade da nossa democracia sofreu um sério revés.

Nos termos da Constituição, se a Assembleia da República confirmar um diploma vetado pelo Presidente da República, este deverá promulgá-lo no prazo de 8 dias.

Assim, promulguei hoje o Estatuto Político-Administrativo dos Açores.

Assumi o compromisso de cumprir a Constituição e eu cumpro aquilo que digo.

Mas nunca ninguém poderá alguma vez dizer que, confrontado com o grave precedente criado pelo Estatuto dos Açores, não fiz tudo o que estava ao meu alcance para defender os superiores interesses do Estado.

Nunca ninguém poderá dizer que não fiz tudo o que estava ao meu alcance para impedir que interesses partidários de ocasião se sobrepujassem aos superiores interesses nacionais.

Como Presidente da República fiz,

em consciência, o que devia fazer.

Mensagem de Fim-de-Ano

Boa Noite,

No início deste novo ano, dirijo a todos os Portugueses, onde quer que estejam, uma saudação calorosa e os melhores votos para 2009.

Quero começar por dirigir uma palavra especial de solidariedade a todos os que se encontram em situações particularmente difíceis, porque sofreram uma redução inesperada dos seus rendimentos.

A estes homens e a estas mulheres, que sofrem em silêncio, e que até há pouco tempo nem sequer imaginavam poder vir a encontrar-se na situação que agora atravessam, quero dizer-lhes, muito simplesmente: não se deixem abater pelo desânimo.

O mesmo digo aos jovens que, tendo terminado os seus estudos, vivem a angústia de não conseguirem um primeiro emprego: acreditem nas vossas capacidades, não percam a vontade de vencer.

Quero também lembrar dois outros grupos da nossa sociedade que são frequentemente esquecidos e que vivem tempos difíceis.

Os pequenos comerciantes, que travam uma luta diária pela sobrevivência. O pequeno comércio deve merecer uma atenção especial porque constitui a única base de rendimento de muitas famílias.

Os agricultores, aqueles que trabalham a terra, que enfrentam a subida do preço dos adubos, das rações e de outros factores de produção.

Sentem-se penalizados face aos outros agricultores europeus por não beneficiarem da totalidade dos apoios disponibilizados pela União Europeia.

O mundo rural faz parte das raízes da nossa identidade colectiva. A sua preservação é fundamental para travar o despovoamento do interior e para garantir a coesão territorial do País.

Portugueses,

Não devo esconder que 2009 vai ser um ano muito difícil.

Receio o agravamento do desemprego e o aumento do risco de pobreza e exclusão social.

Devo falar verdade.

A verdade é essencial para a existência de um clima de confiança entre os cidadãos e os governantes.

É sabendo a verdade, e não com ilusões, que os portugueses podem ser mobilizados para enfrentar as exigências que o futuro lhes coloca.

A crise financeira internacional apanhou a economia portuguesa com algumas vulnerabilidades sérias.

A crise chegou quando Portugal regista oito anos consecutivos de afastamento em relação ao desenvolvimento médio dos seus parceiros europeus.

Há uma verdade que deve ser dita: Portugal gasta em cada ano muito mais do que aquilo que produz.

Portugal não pode continuar, durante muito mais tempo, a endividar-se no estrangeiro ao ritmo dos últimos anos.

Para quem ainda tivesse dúvidas, a crise financeira encarregou-se de desfazê-las.

Como é sabido, quando a possibilidade de endividamento de um País se esgota, só resta a venda dos bens e das empresas nacionais aos estrangeiros.

Os portugueses devem também estar conscientes de que dependemos muito das relações económicas com o exterior.

Não são apenas as exportações e as importações de bens.

São as remessas dos nossos emigrantes, o turismo, os apoios da União Europeia, o investimento estrangeiro, os empréstimos externos que Portugal tem de contrair anualmente.

Para tudo isto, é importante a credibilidade que merece a nossa política interna, as perspectivas futuras do País, a confiança que o exterior tem em nós.

Devemos, por isso, ser exigentes e rigorosos connosco próprios, cuidar da imagem do País que projectamos no

mundo.

Caso contrário, tudo será mais difícil.

Não escondo a verdade da situação difícil em que o País se encontra.

Mas também não escondo a minha firme e profunda convicção de que há um caminho para Portugal sair da quase estagnação económica em que tem estado mergulhado.

O caminho é estreito, mas existe. E está ao nosso alcance.

Para ele tenho insistentemente chamado a atenção.

O reforço da capacidade competitiva das nossas empresas a nível internacional e o investimento nos sectores vocacionados para a exportação têm de ser uma prioridade estratégica da política nacional.

Sem isso, é pura ilusão imaginar que haverá verdadeiro progresso económico e social, criação duradoura de emprego e melhoria do poder de compra dos salários.

Sem isso, não conseguiremos pôr fim ao crescimento explosivo da dívida externa.

As ilusões pagam-se caras.

Por outro lado, temos de reduzir a ineficiência e a dependência do exterior em matéria de energia.

Assim como temos de alterar a estrutura da produção nacional, no sentido de mais qualidade, inovação e conteúdo tecnológico.

Os dinheiros públicos têm de ser utilizados com rigor e eficiência.

Há que prestar uma atenção acrescida à relação custo-benefício dos serviços e investimentos públicos.

Para que o nosso futuro seja melhor, para que os nossos filhos e netos não recebam uma herança demasiado pesada, exige-se a todos trabalho e determinação, sentido de responsabilidade, ponderação nas decisões e prudência nas escolhas.

Há que enfrentar as dificuldades do presente com visão de futuro, olhando para além do ano de 2009.

Portugueses,

Conheço os desafios que Portugal enfrenta e quero contribuir para a construção de um futuro melhor.

Tenho percorrido o País e contactado directamente com as pessoas.

Tenho procurado mobilizar os portugueses, apelando à união de esforços, inculcando confiança e vontade de vencer, apontando caminhos e oportunidades que sempre existem em tempo de crise.

Tenho insistido na atenção especial que deve ser prestada aos cidadãos mais atingidos pelo abrandamento da actividade económica.

Tenho apelado ao espírito de entreajuda em relação aos mais desfavorecidos.

Aos Portugueses, pede-se muito neste ano que agora começa.

Mas, na situação em que o País se encontra, especiais responsabilidades impendem sobre as forças políticas.

Os portugueses gostariam de perceber que a agenda da classe política está, de facto, centrada no combate à crise.

As dificuldades que o País enfrenta exigem que os agentes políticos deixem de lado as querelas que em nada contribuem para melhorar a vida dos que perderam o emprego, dos que não conseguem suportar os encargos da prestação das suas casas ou da educação dos seus filhos, daqueles que são obrigados a pedir ajuda para as necessidades básicas da família.

Não é com conflitos desnecessários que se resolvem os problemas das pessoas.

Nesta fase da vida do País, devemos evitar divisões inúteis.

Vamos precisar muito uns dos outros.

Portugueses,

Já passámos por outras situações bem difíceis. Não nos resignámos e fomos capazes de vencer.

O mesmo vai acontecer agora. Tenho esperança e digo-o com sinceridade.

Cada um deve confiar nas suas competências, nas suas aptidões e capacidades.

Este é o tempo de resistir às dificuldades, aos obstáculos, às ameaças com que cada um pode ser confrontado.

Não tenham medo.

O futuro é mais do que o ano que temos pela frente.

O futuro será 2009, mas também os anos que a seguir vierem.

Acredito num futuro melhor e mais justo para Portugal, porque acredito na vontade e no querer do nosso povo.

Para todos, Bom Ano de 2009. –

Fonte; Presidência da República



Turismo nas Regiões Costeiras

O Turismo não pode, ao nível europeu, ser alvo de uma acção fragmentada, sectorial e por vezes incoerente

O Parlamento Europeu aprovou um relatório sobre os aspectos de desenvolvimento regional do impacto do turismo nas regiões costeiras.

O Turismo é um factor essencial para o desenvolvimento socioeconómico das regiões costeiras da UE, diz Carlos Coelho.

O Eurodeputado do PSD, apoia a criação de instrumentos específicos que possam levar a uma estratégia de desenvolvimento mais integrada e sustentável, atenuando o carácter sazonal do turismo nessas regiões, salientando que “só assim se poderá incentivar a competitividade económica, dar resposta às necessidades sociais (criação de emprego mais estável e melhoria da qualidade de vida), ao mesmo tempo que se deve dedicar uma especial atenção à preservação dos recursos naturais e culturais e à promoção de modelos de turismo mais responsável.”

Ainda que o Turismo não esteja no



âmbito da competência comunitária, “é importante evitar que, ao nível europeu, exista uma acção fragmentada, sectorial e por vezes incoerente”. Desta forma, deverá ser assegurada uma abordagem geral e integrada no âmbito das diversas políticas conexas (ex. coesão, ambiente, marítima ou social).

“Não tenho dúvidas de que os Fundos Estruturais contribuem em muito para o desenvolvimento das regiões costeiras, porém, é pena que não se saiba qual o verdadeiro impacto desses investimentos, devido à falta de informação.”, afirma o Eurodeputado.

E acusa: “É igualmente lamentável que os Programas operacionais, para 2007-2013, não possuam quase nenhuma referência específica para o caso das áreas costeiras. Apoio, assim, a intenção da Relatora Jámila Madeira no sentido de se proceder a uma revisão que altere esta situação.”

Aplicação transfronteiras das regras de segurança rodoviária

“A lei deve ser aplicada da mesma forma a todos os cidadãos!”
diz Carlos Coelho

O Parlamento Europeu votou o Relatório relativo à aplicação transfronteiras das regras de segurança rodoviária.

Carlos Coelho, Eurodeputado do PSD, recorda que “foi definido, em 2001, um objectivo bastante ambicioso de reduzir para metade o número de mortos nas estradas até 2010. Ainda que se tenha começado bem, depressa se começou a assistir a uma desaceleração dos progressos, que acabaram por ser nulos no ano passado (onde se registaram ainda cerca de 43.000 mortos no conjunto das estradas dos 27 Estados-Membro).”

Com isto, o Eurodeputado alerta: “Urge, assim, incentivar a prossecução deste objectivo e criar uma nova abordagem em matéria de política europeia de segurança rodoviária.” explicando que “a proposta que apreciamos limita-se às 4 infracções que causam o maior número de acidentes e mortes na estrada (75%) e que são comuns a todos os Estados-Membro: excesso de velocidade, condução em estado de embriaguês, não utilização do cinto de segurança e desrespeito de um sinal luminoso.”

Carlos Coelho considera que “até este momento, tem vindo a generalizar-se um sentimento de impunidade, uma vez que na grande maioria dos casos as eventuais sanções acabam por não produzir efeitos.”

Numa Europa sem fronteiras internas, esta situação é inaceitável, pois não pode ser fomentada uma desigualdade de tratamento entre cidadãos que sejam residentes e os que não o sejam. E sublinha: “A lei deve ser aplicada da mesma forma a todos os cidadãos!”, realçando que “ao mesmo tempo, é essencial aumentar o nível de segurança rodoviária de forma a reduzir o número de mortos nas estradas europeias.”

Rede Judiciária Europeia em matéria civil e comercial

“Melhorias trarão benefícios claros para o reconhecimento mútuo das decisões - pedra angular da cooperação judiciária”

O Eurodeputado do PSD, Carlos Coelho, felicitou o facto do Parlamento Europeu ter conseguido chegar a um acordo em primeira leitura na proposta que tem como objectivo melhorar o funcionamento da Rede Judiciária Europeia em matéria civil e comercial.

“Sempre encorajei o estabelecimento de laços mais fortes entre os Magistrados e os mecanismos institucionais da cooperação judiciária europeia, de forma a facilitar o acompanhamento por aqueles profissionais, das diversas etapas do processo de construção da Europa judiciária e contribuindo, deste modo, para a consolidação do Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça e para a criação de uma cultura judiciária europeia.”, afirma Carlos Coelho.

E explica: “Esta Rede é formada por pontos de contacto (juizes) que cooperam entre si de forma a fazer face às dificuldades que eventualmente surjam no âmbito da cooperação judiciária entre Estados Membros, abrangendo todos os domínios, isto é, matérias de Direito civil e matérias de Direito comercial. Considero que deverá ser aberta de forma a permitir a participação das ordens profissionais, ao mesmo tempo que se devem envidar esforços no sentido de se reforçar a informação ao público em geral.”

O Eurodeputado acredita que “estas melhorias trarão benefícios claros para o reconhecimento mútuo das decisões que é, no fundo, a pedra angular da cooperação judiciária.”



Duarte Freitas a favor de veículos pesados não poluentes



Na Sessão Plenária do Parlamento Europeu que decorrer na última semana do ano passado, esta semana em Estrasburgo, foi aprovado o Relatório Grootte relativo à “Proposta de regulamento de veículos a motor e de motores no que se refere às emissões dos veículos pesados (Euro VI) e ao acesso às informações relativas à reparação e manutenção dos veículos”.

O Deputado europeu do PSD, Duarte Freitas apoiou este Relatório e explicou que a combustão de carburantes como a gasolina, o diesel e o gás, que se baseiam em energias fósseis, conduz à libertação de emissões, que “são nocivas para a saúde, e que contribuem para o aquecimento da atmosfera”. O Deputado do PSD concorda com a harmonização das regras para a construção de veículos a motor pesados, no que respeita às emissões de poluentes atmosféricos, porque “entendo que é a melhor forma de evitar que os Estados-Membros apliquem prescrições divergentes e de assegurar a protecção do ambiente”.

O sistema comunitário geral de homologação de veículos a motor existe para assegurar o funcionamento do mercado interno, que é um espaço sem fronteiras internas, onde há livre circulação de mercadorias, pessoas, serviços e capitais. “Há a necessidade de actualizar as normas, torná-las mais exigentes, para que todos os Estados-Membros assegurem produção de veículos pesados menos poluentes e tenham acesso às informações relativas às reparações e manutenção desses mesmos veículos pesados em formato normalizado”, sublinha Duarte Freitas.

O Deputado europeu do PSD sublinha que “em matéria de combate às alterações climáticas a UE tem mostrado muita vontade de liderar”. Este relatório não é mais do que uma nova alavanca para complementar a luta contra a deterioração do

ambiente. A nova redução de valores-limite de emissões nocivas de monóxido de carbono, hidrocarbonetos, óxido de azoto e partículas é o principal aspecto desta regulamentação e proporcionará com certeza uma melhoria da qualidade do ar na Europa.

Pacote Clima provado no Parlamento:

5 Relatórios da Comissão de Ambiente apoiados por Duarte Freitas

O Parlamento Europeu votou os Relatórios da Comissão de Ambiente que fazem parte do Pacote Clima: Controlo e redução das emissões de gases com efeito de estufa (transporte rodoviário), Regime de Comércio de licenças de emissão (RCLE) de gases com efeito de estufa, Esforço partilhado tendo em vista a redução das emissões de gases com efeito de estufa, Armazenagem geológica de dióxido de carbono e Normas de emissões de automóveis novos de passageiros. “O Parlamento aprova assim a meta dos três vinte para 2020”, comenta Duarte Freitas

O Relatório CORBEY (Controlo e redução das emissões de gases com efeito de estufa no transporte rodoviário) tem como objectivos, melhorar a qualidade do ar, reduzindo a poluição atmosférica, nomeadamente, as emissões de substâncias altamente tóxicas e poluentes, e contribuir para a luta contra as alterações climáticas reduzindo as emissões de gases com efeito de estufa produzidos pelos combustíveis utilizados no sector dos transportes. É a primeira vez que um objectivo de redução é aplicado a um produto específico (combustível) com base numa análise do ciclo de vida (extração, produção, transporte, distribuição e utilização final).

Duarte Freitas concorda com o acordo obtido entre o Parlamento e o Conselho, e salienta o facto de “que a sustentabilidade está garantida, na produção e utilização de biocombustíveis, o que é fundamental em termos de viabilidade da Directiva”.

O Relatório DOYLE (Comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa) pretende reforçar, expandir e melhorar, para além de 2012, o funcionamento do RCLE, um dos instrumentos principais para concretizar o objectivo da UE de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa.

A marca do acordo foi o aumento das licenças gratuitas. “Isto, não é do meu ponto de vista muito positivo, no entanto as emissões podem ser gratuitas mas irão ser reduzidas todos os anos” sublinha o Deputado europeu do PSD. Para Portugal, o acordo obtido em termos de RCLE é importante porque estão previstos no relatório, apoios ao desenvolvimento de energias renováveis o que irá contribuir para alcançar a meta assumida por PT em energias Renováveis. Foi também aumentado o limiar para exclusão de pequenas instalações do RCLE, o que irá permitir aliviar a carga administrativa e financeira sobre algumas PME’s”, acrescenta o deputado.

O Relatório HASSI (Esforço partilhado tendo em vista a redução das emissões de gases com efeito de estufa) é fundamental para o cumprimento das metas de redução das emissões de gases com efeito de estufa até 2020, para os sectores não abrangidos pelo RCLE.

As metas estabelecidas para cada Estado-Membro, tendo como principal critério o PIB per capita, parecem-me justas, afirma Duarte Freitas. “O

compromisso obtido entre o Parlamento Europeu e o Conselho, embora não seja o ideal (por exemplo ao permitir uma utilização excessiva dos mecanismos de flexibilidade), parece-me globalmente equilibrado, tendo por isso o meu voto positivo”.

O Relatório DAVIES (Armazenagem geológica de dióxido de carbono) responde plenamente às necessidades da UE e tecnologicamente é muito promissor, “não devendo, no entanto, ser um motivo de desleixe e de redução do esforço de tornar a produção eléctrica europeia mais limpa”, salienta Duarte Freitas

O deputado europeu afirma: “face às muitas dúvidas ainda existentes, nomeadamente a incerteza de existência de locais adequados de armazenagem em todos os Estados Membros, considero muito positivo a possibilidade de revisão da questão da exportação de CO2 para países terceiros, assim como a não obrigatoriedade de aplicação da tecnologia CCS por parte dos operadores económicos”.

O Relatório SACCONI (Normas de emissões de automóveis novos de passageiros) está em consonância com o espírito e os objectivos da UE, nomeadamente, de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em pelo menos 20% até 2020. O transporte rodoviário é a segunda fonte de emissões de gases com efeito de estufa na UE e, sobretudo, é um sector em que as emissões continuam a aumentar.

Na opinião de Duarte Freitas, “o facto da proposta prever uma repartição dos esforços, já que será atribuído a cada fabricante um objectivo preciso a cumprir, é na minha opinião exemplar. Fundamental na minha opinião são também as penalizações aos fabricantes que não cumprem o objectivo que lhes foi atribuído”.

“Na globalidade, e atendendo à conjuntura, o acordo conseguido é, do ponto de vista comunitário, positivo. Com o objectivo de concretizar as metas que a União Europeia se propôs no combate às alterações climáticas, esta regulamentação vai com certeza dar um excelente contributo”, finaliza o Deputado Europeu do PSD.





Directiva do Tempo de Trabalho: Silva Peneda

Critica abstenção do governo português

O Deputado Silva Peneda exprimiu uma “grande satisfação pelo facto de o Parlamento Europeu ter derrotado a posição comum do Conselho” no que respeita à Directiva do Tempo de Trabalho.

Silva Peneda acrescentou que a posição de um grande número de deputados do Grupo PPE que seguiram a sua linha na votação de hoje foi “absolutamente decisiva para reunir a maioria absoluta necessária para impor a abertura de um processo de conciliação com o Conselho”.

O Eurodeputado insistiu junto dos colegas do seu grupo político que a questão de “opt-out”, i.e. a possibilidade de derrogação do período máximo semanal de trabalho de 48 horas, não tem nada a ver com a flexibilidade do mercado laboral. Esta flexibilidade é conseguida, através da anualização do período de referência para o cálculo da média semanal das horas trabalhadas. Esta proposta apresentada por Silva Peneda e aprovada pelo Parlamento Europeu em 2005 foi agora reconfirmada pelo mesmo Parlamento, por ampla maioria.

O Eurodeputado acrescentou que o problema do “opt-out” é uma questão de fundo. “A questão crucial é a de saber se queremos ou não que os cidadãos europeus trabalhem mais de 8 horas por dia durante 6 dias por semana, em média anual”. Silva Peneda afirmou que, “a ser aceite a excepção à regra da média de 48 horas por semana estar-se-ia a minar aspectos essenciais do modelo social europeu, como sejam os relacionados com a economia social de mercado, o diálogo social, a liberdade individual, a protecção dos mais vulneráveis e uma melhor conciliação entre a vida familiar/privada e o trabalho”.

Silva Peneda acrescentou que acredita “verdadeiramente nas virtudes do mercado livre, mas tratando-se esta Directiva da segurança e da saúde dos trabalhadores devemos ser muito cautelosos quanto a mais desregulamentação” e que a “introdução do “opt-out” é uma via que vai no sentido da desregulamentação do mercado de trabalho”.

Silva Peneda interrogou-se sobre o sentido que pode ter a União Europeia



aprovar uma lei para a protecção da saúde e segurança dos trabalhadores e na mesma lei afirmar que quem quiser cumprir e quem não quiser não cumpre. E acrescenta que “com o “opt-out” é isto que aconteceria”.

Silva Peneda lamenta a posição do Governo português nesta questão, que se absteve na votação da Directiva do Tempo de Trabalho no Conselho Europeu em Junho passado. Dada a importância desta Directiva, Silva Peneda afirmou que “na questão da possibilidade de fixar horários de trabalho superiores a 48 horas por semana não pode haver meias tintas. Ou se é a favor dos valores fundamentais que estão na génese do projecto europeu, ou se está do lado das teses que querem

desregular o mercado de trabalho”. E acrescentou: “a falta de coragem do governo português neste processo foi amplamente compensada pela votação de todos os eurodeputados portugueses, com uma única excepção”.

Relativamente ao tempo de guarda (em inglês, “on-call time”), sobretudo no sector hospitalar, Silva Peneda insiste, ao contrário da posição do Conselho, que a totalidade deste período deve ser considerado como tempo de trabalho já que, ao estar “de guarda” o trabalhador não pode dispor livremente do seu tempo. A decisão adoptada pelo Parlamento corresponde também a uma proposta formulada pelo deputado Silva Peneda, aprovada pelo Parlamento Europeu, em 2005 e agora também reconfirmada.

Segurança dos Brinquedos

Legislar não chega. É necessário Fiscalizar e essa é a Responsabilidade da ASAE em Portugal!

O Parlamento Europeu aprovou hoje a Directiva que aumenta os requisitos de Segurança dos Brinquedos.

Os Deputados Europeus trabalharam numa legislação que aumenta e clarifica os requisitos de segurança, alarga o âmbito das substâncias proibidas e reforça os deveres dos produtores e importadores nesta matéria. Trata-se, portanto, de uma legislação de extrema importância para a segurança das crianças.

“O que não pode deixar de nos preocupar, à vista do que tem acontecido em Portugal, é a aplicação desta nova Directiva”, afirma o Eurodeputado do PSD, Carlos Coelho.

Esta Directiva vem aumentar a responsabilidade dos Estados Membros em matéria de fiscalização e vigilância de mercado.

No entanto, como recentemente identificou a Associação de Defesa do Consumidor - DECO, os brinquedos que foram testados recentemente e considerados perigosos, infringiam regras já estabelecidas em Legislação anterior.

“Significa que aumentamos o controlo para intensificar a segurança mas este controlo falha exactamente onde não pode falhar - na Fiscalização Nacional” frisa Carlos Coelho.

Os Eurodeputados do PSD louvam a DECO pela sua actuação de excelência nos alertas que, sucessivamente, vem lançando nesta matéria.

Mas, sublinha Carlos Coelho, “a responsabilidade de Fiscalização cabe, claramente, à ASAE.”

“A ASAE tem sido notícia por um grande fervor repressivo em questões que a muitos parecem secundárias. Não se compreende que, no que toca à protecção das Crianças, pareça tão ausente.

A ASAE não pode centrar a sua actividade na preocupação de ter

projeção mediática. A sua função nobre é de proteger os consumidores, especialmente os que estão mais vulneráveis como é o caso das crianças.”, acrescenta.

Os Deputados Europeus do PSD contribuíram para a adopção de normas que reforçam a Segurança dos Brinquedos, produzindo uma directiva que garante ainda a protecção dos pequenos e médios produtores, mas alertam para a necessidade de isso ter correspondência na actividade das autoridades a quem compete a Fiscalização.

Qual «estabilidade», qual quê!...

Alberto João Jardim(*)

É evidente que o Governo do sr. Sócrates trouxe Portugal ao ridículo.

O consumo de droga está «liberalizado», apesar do fundamentalismo anti-tabaco. Depois o Estado gasta milhões e milhões com a necessária tentativa de recuperar os danos que vai causando no seio de tantas Famílias.

Mas, por falar em Famílias, talvez se trate de Instituição que o pós-modernismo ideológico da facção Sócrates no seio do partido socialista, considere «ultrapassada». Aliás, no plano dos Valores que até agora foram pilares da Nação portuguesa e da sua sobrevivência como Estado soberano, muitos estamos esclarecidos quanto ao seu «douto pensamento».

Embora haja um engraçado trágico. É que alguns dos que coerentemente tinham de defender tais Valores, ou assobiam para o lado, ou pactuam, não se percebendo bem em nome de quê!...

A Saúde, no Continente, foi submetida a critérios economicistas, enquanto o Estado fingia andar distraído em relação à Banca. Por isso, fecharam-se Centros de Saúde nalguns pontos do País, agravando a qualidade de vida das respectivas populações, pondo em causa até Direitos Fundamentais da Pessoa Humana, e incentivando, de forma irresponsável, a desertificação de importantes áreas do território nacional.

As consequências estão à vista.

Incluso, vários bebés, felizmente nascidos e sobreviventes na situação criada, foram dados à luz...em ambulâncias! Não sei ainda se o pós-modernismo legislativo também já permite o registo de tal meio de transporte como «local de nascimento»...

Mas o Estado paga abortos, neste caso havendo já dinheiro para atentar contra a Vida, Direito constitucionalmente consagrado...ainda que, assim, menos protegido.

O «magalhães» tem sido a desprestigiante paródia que se conhece.

Hoje, não há confiança nos indicativos que são publicados sobre a vida portuguesa, factor desta forma restritivo da Confiança de que o País tanto carece, para recuperar.

O sistema de Justiça ficou praticamente na mesma, os Cidadãos sentem-se inseguros, a necessária celeridade foi «resolvida» com...as férias dos Magistrados!...

A risota campeia por todo o lado, sempre que surgem as declarações oficiais sobre a «maravilha» em que Portugal se tornou, ou os anúncios «solenes» de que o País, nos tempos mais próximos, será uma coisa «fantástica».

E nisto de «promessas», os Portugueses estão mais do que esclarecidos, embora às vezes não pareça, também porque à procura de alternativas democráticas.

Sobre o «pluralismo» da «informação» e da não dependência dos meios de comunicação «social» do poder socialista, também só os néscios e os situacionistas é que, coitados, ainda «não perceberam». De facto, quando mais de sessenta por cento da Economia estão directa ou indirectamente sob controlo possível do Estado, tudo está explicado. O «grande problema» que rende dias e dias a fio, para distrair, são as «faltas dos Deputados»!...

É este, o tratamento da Oposição.

«Quem se mete com o partido socialista, leva!» Frase célebre de alguém que se tornou expoente no «novo» partido socialista do início do século XXI. E que, hoje noutras lides e não querendo ver malbaratado o algum prestígio que ganhou como governante, com todo o juízo não integra o actual Governo da República.

Mas a «doutrina» ficou. Que o digam todos quantos sentiram as consequências pessoais do seu «direito à indignação». Que o digam a Região Autónoma da



Madeira e o Povo Madeirense.

Na Educação, não se mudou o Sistema Educativo. Não se alterou os Programas em termos de exigência no Conhecimento, em termos de atractivo pela inovação e pelo empreendedorismo, em termos de culto do Trabalho, da disciplina democrática e da educação cívica. Os socialistas fizeram tudo ao contrário. Os alunos deixaram de ser avaliados! Para as estatísticas...E os professores...é que passaram a ser «avaliados»! Com a introdução de controleirismos marxistas.

Trata-se de arrasar através da mediocridade e do Estado politicamente controlado, para que esta massificação forme uma massa acrítica e manipulável de cidadãos impreparados, num soberbo exercício de marxismo e, paradoxal e simultaneamente, ao serviço da mundialização por enquanto do capitalismo selvagem.

«Sociedades» estranhas intrometem-se e posicionam-se em tudo quanto cheira a poder, permitindo assim que possa ser questionado se Portugal se guia pelo primado do Bem Comum, ou pelo primado dos «interesses» dominantes.

As Forças Armadas foram derrapadas e funcionalizadas, são enviadas para missões de polícias internacionais, bem como as Forças de Segurança Interna foram debilitadas, desprotegidas legislativamente, sem meios e com novos módulos discutíveis na formação profissional dos titulares das cadeias de comando.

E, se fosse para continuar a descrever o estado a que «isto» chegou, ou a aprofundar alguns exemplos politizados como os acima expostos, nem toda esta edição do jornal chegava.

Mas Portugal tem um condão. Produz gente que ainda nos faz rir.

É o caso de uns figurões – gente feita «figura» sem ter categoria para tal, como se vê – é o caso de tais arlequins apregoarem que o sr. Sócrates e companhia bastante limitada, devem continuar este desatino nacional...«para garantia da estabilidade»!...

O Leitor está a ver?!...

O ridículo a que tal gente se presta!...Então «isto» é que constitui «estabilidade»?!...

Os Portugueses merecem e querem esta «estabilidade»?!...

Ao ponto que se chegou na falta de vergonha!...

Por favor. Libertem-me desta «estabilidade»!

– (*) Advogado, Presidente do PSD/Madeira, Presidente do GRMadeira

A cana e o peixe

Ricardo Rio (*)

Em vésperas de Natal de 2008, o nosso correspondente em Braga, Ricardo Rio, enviou-nos o seguinte “Artigo de Opinião”:

Ao longo das últimas semanas, o País passou de um estado de aparente letargia do Governo para com os graves problemas económicos e sociais que já se viviam no terreno, e de forma particularmente significativa no Norte do País, para uma visível hiper-actividade e uma contínua apresentação de medidas “potencialmente” mitigadoras das dificuldades em questão.

Uma vez identificado o álibi perfeito – a “crise internacional” – para problemas estruturais da nossa economia, alguns dos quais os sintomas claros que se arrastam de há já vários meses a esta parte, eis que o Primeiro-Ministro José Sócrates e os demais membros do seu Executivo nos surgem diariamente nos media como mestres-de-obras de um verdadeiro túnel que nos conduzirá à saída destes tempos de penumbra.

Das políticas fiscais contra-cíclicas

(especialmente assentes em benefícios resultantes dos sacrifícios de finanças alheias – como foi o caso da desejável redução do IMI à custa das Autarquias locais), o Governo passou a socorrer-se de todos os meios ao seu alcance para proporcionar melhor saúde financeira a todos os agentes económicos no mais curto espaço de tempo possível.

Aproveitando a boleia das decisões tomadas pelos Estados-membros da União Europeia, sabemos já que o défice orçamental deixará de ser uma variável prioritária, baixa-se impostos (ainda que de forma selectiva), aumenta-se as prestações sociais (temporariamente), estimula-se o acesso ao crédito fácil para solver compromissos de tesouraria, avançam os grandes projectos de investimento público de cariz infra-estrutural.

Quase instantaneamente, o Governo descobriu que o País já não estava apenas sob a mera imagem censurada de uma “estagnação” para estar na vertigem de uma recessão às claras: que há empresas

a falir de forma sistemática; que são milhares os portugueses a cair numa situação de desemprego, entre os jovens licenciados sem perspectivas de inserção no mercado de trabalho e os desempregados de longa duração ou indiferenciados de elevada idade; que proliferam os empregos precários, com baixos rendimentos e residuais garantias de futuro; que os efeitos do sobreendividamento se fazem hoje sentir de forma avassaladora.

Como num passe de mágica, ficou perceptível que é crescente o número de pobres que se socorrem das diversas valências de cariz social que, de uma forma corajosa e dedicada, se entregam a atenuar os efeitos dos desleixos públicos, do Norte ao Sul do País.

Frustrado, mas não surpreendido, Portugal percebeu que era ainda maior o número de famílias que oculta uma crescente pobreza dissimulada por entre as vestes de um aparente conforto financeiro.

Ultrapassados os preconceitos para



com aqueles que empreendem, investem e sustentam a economia nacional em condições particularmente adversas, percebeu-se os riscos de colapso pendentes sobre um tecido empresarial frágil e esvaziado, ora de liquidez, ora de competitividade.

Portugal está, como anunciava Manuela Ferreira Leite pouco depois de ser eleita no Congresso do PSD em Junho último, num estado de “emergência social”.

E, finalmente, o enorme Estado decidiu agir. O Governo e as Autarquias Locais injectaram benefícios vários na economia, ao mesmo tempo que se procurou conter as fontes de aumento da despesa dos vários agentes económicos.

Contra a corrente, e sob o pior formato possível, até o Ministro das Finanças pressionou a Banca para assegurar o acesso ao crédito às empresas, para conter o aumento galopante dos “spreads” (que anula o benefício da descida das taxas) e para conferir alguma eficácia às medidas pomposamente anunciadas de apoio às Pequenas e Médias Empresas.

Num qualquer desvario de eleitoralismo descontrolado, o Governo avança mesmo com a disponibilização de empréstimos para os funcionários públicos que sejam confrontados com situações de “emergência financeira”, eventualmente motivadas por um leque alargado de ocorrências imprevisíveis.

“E os outros? São Portugueses de segunda?”, pergunta o País ainda incrédulo.

Bem sei que a quadra festiva que atravessamos não convida a este tipo de reflexões e que até é uma imagem simpática (pela diferença face à sua tradicional postura algo totalitária) imaginar um Sócrates bonacheirão a distribuir benesses numa fatiota vermelha, viajando num TGV movido a renas pelo Portugal profundo.

E não questiono, de uma forma mais séria, que cabe ao Estado distribuir o peixe quando o prato de tantos está vazio.

Todavia, o que verdadeiramente preocupa é a emergência do discurso do facilitismo, centrado no imediato, desde as condições económicas e financeiras de particulares e empresas às áreas da formação e qualificação profissional ou da investigação e competitividade empresariais.

Aliás, quando se vê a canalização dos parques fundos comunitários para este tipo de políticas, só se pode temer o pior.

E, se Portugal, conseguir ultrapassar o “Cabo das Tormentas” de 2009, não custa imaginar que quando se quiser voltar a distribuir canas, muitos perguntarão indolentemente: “Para que serve?”.

A todos, um Santo Natal. - (*) *Economista, presidente da CPS de Braga, Vereador*

2009: o dilema do PSD

Paulo Marcelo (*)

Ferreira Leite tem feito tudo para unir o PSD. Nunca responde às críticas dos seus adversários internos e fala sempre para o país.

lendo há dias um texto de Sá Carneiro recordei uma frase que usava com frequência: primeiro o Portugal, depois o governo, só depois o partido.

Esta ideia mantém-se actual e ajuda a perceber o dilema do PSD em 2009.

Nos últimos treze anos, desde a saída de Cavaco Silva em 1995, o PSD teve sete líderes diferentes; fez treze congressos nacionais, um por cada ano, em média. Esta instabilidade não deu bons resultados: o partido perdeu peso eleitoral e só esteve na chefia do governo durante pouco mais de dois anos.

Há exactamente sete meses, depois de umas eleições directas muito disputadas, Manuela Ferreira Leite foi eleita presidente com o objectivo reforçar a competência e a credibilidade do partido. Apesar dificuldades de ser oposição em Portugal, e de algum ruído interno, com esta nova liderança a voz do PSD voltou a ser ouvida, desde os temas sociais, aos investimentos públicos, passando pelo Orçamento de Estado.

Mas o PSD é um partido especial e heterogéneo. Combina social-democracia, personalismo, liberalismo económico, com um forte sentido de justiça social e coragem reformista. Tem sido essa a sua força mas também a sua fraqueza. Nos últimos anos o PSD tem sido incapaz de se pacificar e unir à volta do essencial. Mesmo fora dos períodos eleitorais internos, alguns militantes têm alimentado uma guerrilha permanente, colocando o seu próprio interesse à frente de tudo o resto. Alguns só têm mesmo visibilidade quando criticam a direcção do partido.

Tudo isto ampliado pelos media que procuram divisões, traições, vinganças, sangue, numa lógica de “entretenimento” em que o PSD tem sido fértil. Sobra pouco espaço para a mensagem política que fica distorcida pelo ruído interno. O cidadão comum, entretanto, vai perdendo a paciência para os problemas internos do PSD que nada têm a ver com os seus problemas.

Entretanto, a crise e o pessimismo a alastram pelo país. O que começou por ser um problema financeiro, tornou-se uma crise económica que, neste ano de 2009, se pode transformar numa situação de grave emergência social. É perante este novo cenário que se desenha o dilema do PSD: colocar o país ou o partido em primeiro lugar.

Numa situação de crise, como pode o PSD transmitir confiança e ser alternativa de governo se não conseguir resolver os seus problemas?

Manuela Ferreira Leite tem feito tudo para unir e pacificar o PSD. Não excluiu nenhum militante que queira trabalhar e não responde às críticas dos seus adversários internos. Pelo contrário: fala sempre sobre Portugal e para Portugal. Tem mostrado uma qualidade rara nos políticos: pode acreditar-se naquilo que diz. Apesar das dificuldades de fazer oposição em Portugal, e da parcialidade de alguns jornalistas, está a conseguir aos poucos que a voz do PSD seja novamente ouvida.

Bem sei que algumas sondagens não mostram ainda o PSD a subir, mas revelam um elevado número de indecisos: 24% dos inquiridos (UCP) e 23% (Eurosondagem) não sabem ou não respondem em quem votar. Esta indecisão é mais forte no eleitorado dos dois maiores partidos. Isto mostra que o PSD pode ganhar as eleições se conseguir cativar os eleitores descontentes, mas ainda hesitantes, em especial as classes médias que serão a chave do próximo ano.

É provável que a crise económica e social se transforme em crise política. Há sinais preocupantes, como a (quase) implosão do CDS, e a provável cisão do PS, com a saída de Manuel Alegre e de outros militantes descontentes com o rumo que o eng. Sócrates está a dar ao governo e ao partido.

Isto reforça a responsabilidade do PSD de estar unido em 2009, colocando Portugal em primeiro lugar numa situação de (quase) emergência nacional. Se isso não acontecer, num ano com três eleições, pode vir a ser um haraquiri político.

Nota: Com a atitude irresponsável do PS em afrontar o Presidente a propósito de uma questão menor inserida no Estatuto dos Açores, o próximo ano será marcado pela crescente tensão entre o Governo e o Chefe de Estado que em nada beneficia o país. - (*) *Advogado, membro da CPN do PSD*

Notícias da Madeira

Carta do Governo Regional ao Presidente da República, no segundo aniversário da entrada em vigor da nova Lei de Finanças

Passados cerca de dois anos desde a entrada em vigor da nova Lei de Finanças das Regiões Autónomas, e na sequência dos alertas que tenho vindo a transmitir a Vossa Excelência, importa reafirmar, num momento de extrema incerteza e de grandes dificuldades à escala mundial, nacional e também regional – em que é exigido a quem governa a conjugação de todos os esforços no sentido de evitar danos maiores na economia –, os malefícios advenientes dessa Lei para esta Região Autónoma, que nos impede de tomar as medidas consentâneas com a actual conjuntura.

Actualmente, a Região está confrontada com a situação inédita de ter de respeitar um limite de endividamento nulo, que tem de ser gerido em simultâneo com uma redução de receitas e com um aumento de despesas obrigatórias.

Conforme podemos constatar pela análise do quadro seguinte, em 2009 a Região terá de lidar com uma perda de receitas na ordem dos 62,7 milhões de euros e com um acréscimo de despesas de cerca de 20 milhões de euros, exclusivamente por decisões decorrentes de medidas impostas pelo Governo da República.

No final do próximo ano, as perdas directas acumuladas desde 2007 serão superiores a **200 milhões de euros!**

O caso mais absurdo (mas não o mais penalizante em termos financeiros) será, porventura, o da aplicação de uma taxa pela utilização dos serviços fiscais do Estado, que surge depois da regionalização destes serviços, concretizada pelo Decreto-Lei n.º 18/2005, de 18 de Janeiro, a qual veio trazer uma poupança ao Estado na ordem dos 6 milhões de euros/ano, que é o custo actualmente suportado pelo Orçamento Regional, em clara violação do princípio da regionalização de serviços, plasmado no artigo 12.º do Estatuto Político-Administrativo da RAM, aprovado pela Lei n.º 130/99, de 21 de Agosto.

Muito devido a estas medidas altamente penalizadoras, o PIB da Região Autónoma da Madeira passou de uma taxa de crescimento de 3% em 2006 para 1,6% em 2007, o que faz com que pela primeira vez em muitos anos a taxa de crescimento da riqueza regional tenha sido inferior à taxa média de crescimento do País.

Face ao exposto, e dada a total insensibilidade do Governo da República para avaliar as consequências para o Povo da Região Autónoma da Madeira dos

actos que tem praticado nestes últimos três anos, apelo a Vossa Excelência, em nome da Estabilidade e da Coesão Territorial, para a necessidade de, com urgência, serem tomadas medidas que minimizem os efeitos na economia regional dessas acções, que apenas têm explicação no campo das acções político-partidárias, que não deveriam, nunca, nortear o relacionamento institucional entre Instituições Democráticas.



Em concreto, é tão urgente como fundamental:

- A resolução dos assuntos há muito pendentes, dando prioridade a aqueles que têm implicações financeiras;
- A aplicação no território da Região Autónoma da Madeira das medidas de âmbito nacional de combate à recessão económica, designadamente aquelas dirigidas às empresas e às famílias, que deverão ser suportadas pelo Orçamento do Estado;
- O financiamento de Projectos de Interesse Comum (cf. art.º 40.º da Lei Orgânica n.º 1/2007), nomeadamente o novo Hospital Central do Funchal;
- A autorização do Ministério das Finanças para a contracção de um financiamento junto do BEI para a comparticipação nacional dos projectos co-financiados por fundos comunitários.

Também no curto prazo é essencial a reabertura do processo de revisão da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, para o qual solicito a colaboração Institucional de Vossa Excelência.

Apresento a Vossa Excelência os meus cumprimentos

- O Presidente do Governo Regional da Madeira, Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim



Notícias de Aveiro

A Distrital arranca a “mobilização do PSD”, a nível local

No próximo dia 16 de Janeiro (6ª feira), com início pelas 19,30 horas, terá lugar nas instalações do Europarque, em Santa Maria da Feira, um jantar com a presença da Presidente do Partido, Dra. Manuela Ferreira Leite, cuja organização é da Distrital de Aveiro do PSD.

Espera-se que esta iniciativa possa constituir um arranque mobilizador para o exigente ano de 2009 que agora se vai iniciar.

Compete-nos a todos criar condições para que o PSD se apresente com a força que nos é exigida pelos Portugueses, sendo esta acção importante para podermos transmitir a nossa determinação, a nossa unidade e a nossa vontade de mudar Portugal.

A inscrição para o jantar poderá ser feita junto dos serviços de apoio da Distrital de Aveiro, através dos números de telefone 234 404930 /96 1576345

Ciclo “Aveirenses Ilustres”

A Câmara Municipal de Aveiro realiza a quinta sessão do Ciclo de Conferências “Aveirenses Ilustres” que terá lugar amanhã, dia 8, das 18.30 às 19.30 horas, no Auditório do Museu da Cidade (Rua João Mendonça, 9/11).

O Aveirense Ilustre a homenagear será Manuel Firmino de Almeida Maia, tendo sido convidado para palestrante Maria Manuel Vilhena.

Dando sequência ao anterior Ciclo de Conferências e servindo de introdução às comemorações dos 250 anos da elevação de Aveiro, decorre até 18 de Maio, das 18h30 às 19h30, no auditório do Museu da Cidade, o segundo Ciclo de palestras sobre aveirenses ilustres. Com esta iniciativa à semelhança do primeiro Ciclo pretende a Câmara Municipal de Aveiro preservar a identidade e a memória colectiva do nosso povo, homenagear personalidades que, activamente, deram o seu contributo para o desenvolvimento sociocultural e político-económico da região, valorizar a Historiografia Local e formar pedagogicamente públicos.

As palestras são quinzenais e na sua maioria são preparadas por investigadores e professores universitários que se dedicam ao estudo da temática. Associada à palestra evocativa decorre também uma pequena amostra de objectos ou literatura alusiva à individualidade evocada que estará patente durante 15

dias no espaço do Museu da Cidade.

Manuel Firmino de Almeida Maia: nasceu em Aveiro, em 1824 e faleceu em 1897. Conselheiro, ilustre jornalista, homem público e oficial de cavalaria, este aveirense de espírito empreendedor e anti-cabralista, foi regedor da freguesia de Avanca, tenente-ajudante do batalhão de Estarreja, deputado à Câmara Constitucional, presidente da Câmara Municipal de Aveiro, em vários biénios, Governador Civil substituto e Par do Reino. Enquanto jornalista fundou o célebre jornal Campeão do Vouga e enquanto deputado, em diversos mandatos, propôs várias medidas de âmbito nacional e local, nomeadamente, apoiou a subida dos salários dos professores primários e opôs-se à proposta de extinção do Distrito de Aveiro. Este ilustre empenhou-se também na organização de companhias de pesca na costa de S. Jacinto e dirigiu o processo de salvamento das vítimas do naufrágio, do navio francês Nathalie, que lhe valeu a condecoração do Governo francês, com a Cruz da Legião de Honra, pela coragem e determinação demonstrada. A Manuel Firmino se deveu também a proposta de criação de um corpo de bombeiros voluntários, para a cidade; a publicação das contas públicas no jornal local; a cobrança de impostos sobre carnes verdes, por funcionários da Câmara; a abertura de diversas estradas; a construção de malhadas, nas margens da ria, para descargas de moliço; a canalização de esgotos; a construção do mercado municipal das frutas e legumes; do jardim público de Aveiro; de um novo quartel militar, no local do antigo Convento de Sá, para instalar o regimento de cavalaria nº 10 e a iluminação da cidade a gás.

Este ilustre foi condecorado também pela casa real portuguesa, com a medalha de ouro por mérito, filantropia e generosidade.

«Viver a Idade»

A último “Viver a Idade” de 2008 teve lugar no Teatro Aveirense” na Sexta-feira, dia 19 de Dezembro, no Teatro Aveirense.

No âmbito do Projecto “Viver a Idade” e atendendo à quadra festiva, a Câmara Municipal de Aveiro em parceria com o Teatro Aveirense pretendeu proporcionar um dia diferente aos participantes, com especial destaque para os mais idosos, através da ida ao bailado.

Neste sentido, os participantes assistiram ao espectáculo de Bailado “O Quebra-nozes” de Pyotr Ilyich Tchaikovsky pela Associação de Bailado de Aveiro.

Participaram cerca de 260 pessoas, pertencentes a quatro Freguesias, designadamente, Cacia, Requeixo, Santa Joana e São Bernardo, e a seis

IPSS, nomeadamente, Associação de Melhoramentos de Eixo, Centro de Formação e Cultura da Costa do Valado, Centro Paroquial de São Bernardo, Centro Social e Paroquial de Santa Eulália de Eiroal, Centro Social e Paroquial de São Pedro de Esgueira e Patronato de Nossa Senhora de Fátima.

Notícias de Abrantes

Centro Histórico: mais vale tarde que nunca...



A Câmara de Abrantes decidiu, finalmente, isentar as taxas de publicidade para o comércio e serviços no centro histórico, além de promover a requalificação dos edifícios.

Foi preciso esperar pelo final do terceiro mandato socialista e pela véspera das eleições para o actual executivo dar finalmente cumprimento a uma das medidas pelas quais o PSD de Abrantes mais se tem batido nos últimos anos, com vista a afirmar a centralidade urbana do centro histórico e qualificação o ambiente urbano.

Pena é que o actual executivo camarário só agora tenha acordado para um problema que, durante os últimos 16 anos, não só ajudou a agravar como, em grande parte, foi criado por si.

Com efeito, a requalificação do centro histórico levada a cabo pelo executivo socialista, sem a criação simultânea de parques de estacionamento que permitissem o fácil acesso ao centro histórico, asfixiou completamente o comércio local e afugentou as pessoas do centro histórico.

Na verdade, sem um grande parque de estacionamento de apoio, o centro histórico não só não é atractivo para quem pretende fixar residência na cidade como é inviável economicamente para o pequeno comércio, que não consegue concorrer com as facilidades de estacionamento que propiciam as grandes superfícies situadas na zona norte da cidade.

Neste contexto, a saída da ESTA do centro histórico da cidade será uma machadada fatal no comércio local, uma vez que os estudantes são ainda quem garante algum movimento na zona. - CPS/Abrantes

Notícias de Braga

Reunião com representantes da UGT – União Geral dos Trabalhadores

O ciclo de contactos dos Autarcas do PSD de Braga junto dos agentes económicos e sociais do concelho continuou, numa reunião com representantes da UGT – União Geral dos Trabalhadores, liderada por Cândido Pinto.

Os vereadores da Coligação Juntos por Braga (Ricardo Rio, Serafim Rebelo e Filomena Bordalo) confirmaram as piores expectativas dado o panorama traçado por aquela estrutura.

Com a taxa de desemprego nacional muito próxima da casa dos 8%, as perspectivas do concelho de Braga não são mais animadoras. Mais de 8000 desempregados inscritos no Centro de Emprego, dos quais 2000 são jovens licenciados, números confrangedores que espelham a realidade social cada vez mais precária dos portugueses e particularmente dos bracarenses.

É neste paradigma que cada vez mais se compreende o fluxo migratório que empurra os trabalhadores, novos e velhos, mais ou menos qualificados para o estrangeiro, na busca do sucesso que não encontraram no seu país.

Conselho Económico e Social tem de ser prioridade

Mostrando-se aturdidos com a postura de alheamento da Câmara Municipal, os representantes da UGT reclamaram um papel mais activo da autarquia na captação de investimento e na concertação de projectos inovadores que fixem capital, pessoas e conhecimento.

Neste sentido, foi entendida como fundamental a criação de um órgão como o proposto pelos vereadores da Coligação em sede de Reunião da Câmara - o Conselho Económico e Social, que visava justamente aqueles



objectivos, bem como demonstrar, por parte da edilidade, uma dinâmica proactiva e solidária com os problemas do concelho. “Mais uma vez, julgando chumbar uma mera proposta da oposição, a CMB chumbou a possibilidade de um futuro melhor para os bracarenses”, condenou Ricardo Rio a propósito da rejeição da proposta por parte do Executivo.

Formação consequente

Demonstrando-se agastados pelos constantes apelos vazios à formação, os representantes sindicais exigiram que se deixe de pensar numa lógica de caça aos fundos comunitários e se passe a concentrar esforços na

efectividade das valências da formação. “A formação tem de ser consequente e, para isso, tem de ser adequada às necessidades do mercado de trabalho” afirmaram.

Dúvida nos orçamentos das Escolas para 2009

A recente contratualização dos serviços de gestão das escolas para os municípios mereceu nota de apreensão por parte do representante dos professores, “ainda não sabemos como se vai processar esta gestão, se vai obedecer a critérios de rigor, ou a lógicas de clientelismo na contratação do pessoal”

Concordando com estas preocupações, Ricardo Rio traçou dois problemas fundamentais nesta transferência de competências:

- a gestão dos recursos humanos (uma gestão administrativa, feita “à vista”, e não integrada);
- e o preocupante minimalismo das transferências. Deu, aliás, a este propósito, o exemplo de Lisboa, onde o Presidente da autarquia, não seguro de poder cumprir as obrigações a assumir, preferiu protelar a actual situação, até ter feito o levantamento das necessidades reais de todo o equipamento escolar do concelho.

Foi ainda abordada a problemática dos Centros Escolares, com especial enfoque no Centro da Naia que, tal como está, não representa qualquer

benefício face às escolas tradicionais, sendo necessária uma séria ponderação sobre a concepção destes espaços no futuro.

Em jeito de conclusão e delineando três linhas fundamentais de reflexão, Ricardo Rio elegeu:

- a postura da CMB que ao invés de ser elemento facilitador da resolução dos problemas, prefere a lógica da avestruz fingindo que nada se passa;

- O actual paradigma do sindicalismo, que está a passar por mudanças e que saudavelmente começa a ver que empregadores e empregados são duas partes de um mesmo projecto,

- A ocupação dos desempregados (sobretudo os de longa duração) em iniciativas que os valorizem e que elevem a sua auto-estima, seja o caso de acções de voluntariado ou funções avulsas com retribuições menores, mas que lhes garantam um estímulo mínimo até à melhoria da sua situação de vida.

O encontro decorreu e terminou com uma clara nota de comunhão de objectivos e de total disponibilidade para encontrar soluções efectivas de resposta à actual crise de desemprego e/ou emprego precário, que permitam evitar os fluxos migratórios forçados e que dêem novo estímulo à economia portuguesa e em particular ao concelho de Braga.

– CPS Braga



Notícias do Algarve

Governo não paga às associações de criadores de gado algarvias

Os deputados Mendes Bota (PSD) e Luis Carloto Marques (MPT), endereçaram duas Perguntas ao Governo, inquirindo as razões pelas quais o governo tem em atraso a totalidade dos pagamentos do ano de 2008 e um terço do ano de 2007, relativos aos pagamentos devidos às associações de criadores de raças autóctones pela transferência de diversas competências do Estado, designadamente em matéria de registo do efectivo pecuário e programas de melhoramentos.

Estão nesta situação a Associação de Criadores de Gado do Algarve e a Associação Nacional de Criadores de Caprinos de Raça Algarvia, apesar das sucessivas promessas do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas. Os deputados acham que quinze meses de atraso é excessivo, o que está a provocar grave perturbação financeira nessas estruturas da produção pecuária.

Segue o texto das perguntas:

Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia da República

As associações de criadores de raças autóctones têm desenvolvido um trabalho brilhante na valorização e conservação das diversas raças autóctones que caracterizam o nosso património pecuário. Portugal tem uma diversidade genética notável, que permitiu, ao longo da nossa história, a adaptabilidade das raças às diversas regiões. O registo do efectivo pecuário e os programas de melhoramentos foram - e bem! - transferidos para as diversas organizações, estando as múltiplas associações a prestar esse serviço público.

No âmbito de uma visita parlamentar, realizada na zona Norte de Portugal, as diversas associações denunciaram o clamoroso atraso dos pagamentos relativos às múltiplas transferências de competências do Estado para essas associações. Este facto deu origem aos requerimentos 1629-AC-X-2.

Era espectável que perante, por um lado, os clamorosos atrasos verificados nos pagamentos e, por outro, a excelência do trabalho desenvolvido pelas associações o Governo tivesse rectificado a grave lacuna da liquidação dos encargos que assumiu perante aqueles cidadãos. Todavia, durante uma visita parlamentar à região do Alentejo veio a constatar-se uma vez mais, a existência dos aludidos atrasos nos pagamentos, facto que tem vindo a causar graves problemas de tesouraria às associações e, conseqüentemente, ao seu funcionamento. Os representantes



das associações foram unânimes no conteúdo das graves falhas apontadas, todas referentes a 1/3 do ano de 2007 e a totalidade do ano de 2008.

As promessas do Senhor Ministro referentes à pontualidade da liquidação dos acordos que efectua com as associações que valorizam as raças autóctones e à modernização do funcionamento do Ministério da Agricultura estão demonstradas na incapacidade de cumprir o que prometeu diversas vezes no Parlamento, perante os Deputados.

Nestes termos, perguntam os Deputados abaixo-assinados, através de V. Exa., ao Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, ao abrigo do disposto na alínea d) do artigo 156º da Constituição e do artigo 229º do Regimento da Assembleia da República, o seguinte:

1- Quais são as razões para que, perante sucessivas promessas do Senhor Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (MADRP) de liquidar pontualmente os compromissos que assumiu, se registre, no entanto, até ao momento presente, quinze meses de atraso nos pagamentos às associações referidas?

2- Quais são as iniciativas que o MADRP pretende empreender para que os acordos que realiza com a Associação de Criadores de Gado do Algarve seja cumprido e, dessa forma, liquidados os respectivos pagamentos com pontualidade? - **Luis Carloto Marques, Jose Mendes Bota**

Considerações sobre o Orçamento da Câmara de Portimão

A receita prevista para 2009 é de 138.235.050 €, este valor de receita representa o dobro do que será

executado em 2008.

A receita assenta principalmente em 2 mecanismos, nomeadamente Rendimentos de propriedade - 26.428.000 € (sobe 1353.3% relativamente a 2008), e Venda de bens de investimento - 48.379.750 € (sobe 98.2% relativamente a 2008), em conjunto os rendimentos de propriedade e as vendas de bens de investimento representam 54% da receita

O significado destas operações traduzir-se-á:

1 - Na cedência de diversos equipamentos municipais em direito de superfície a empresas participadas pela autarquia que por sua vez vão explorar esses equipamentos, pagando uma renda à Câmara Municipal de Portimão;

2 - Na venda de terrenos e outros prédios, os quais serão adquiridos pelas empresas participadas da Autarquia

Numa primeira fase as empresas participadas, para fazer face aos custos destas aquisições, quer em posse plena, quer em direito de superfície, terão de se endividar junto da banca. Posteriormente estes equipamentos, terrenos e prédios deverão vir a constituir os tão falados Fundos Imobiliários.

É este o grande "mecanismo de engenharia financeira" que permitirá (?) equilibrar as contas da Câmara Municipal de Portimão. Apesar de não ter uma discordância de fundo com este mecanismo financeiro, não posso deixar de considerar que ele apresenta alguns riscos, e que me parece algo exagerado suportar 54% da receita neste mecanismo. É também necessário não esquecer que de qualquer modo esta situação representa uma situação de endividamento indirecto por parte da autarquia, que não se endivida

directamente, mas que se endivida indirectamente através das suas empresas participadas, sobre as quais terá a responsabilidade legal de garantir o seu equilíbrio financeiro.

Relativamente à despesa prevista para 2009 verificam-se algumas situações sintomáticas de uma estratégia financeira suportada no endividamento, nomeadamente:

O crescimento no valor de 155% de despesas com juros e outros encargos, que passa em valores absolutos de 827.000 € em 2008, para 2.115.000 € em 2009 (valores relativos a juros com empréstimos e operações de factoring)

- O Aumento em 352% das transferências de capital que passam de 2.500.000 € em 2008, para 11.300.000 € em 2009 (Para fazer face aos resultados negativos das empresas participadas)

Pelo lado da despesa à ainda a referir a reduzida percentagem do orçamento na rubrica acção social que é apenas contemplada com 2,2% (2.405.000€), enquanto a cultura absorve 13,8% (15.000.000 €), as transferências entre administrações 14,4% (15.675.000 €), e outras não especificadas 13,8% (15.000.000 €)

De referir ainda que deverão transitar para o ano de 2009 cerca de 26.000.000 € de dívida de curto prazo.

Ficam ainda algumas considerações expressas no relatório semestral do auditor externo expressas no seu parecer semestral sobre a situação económica e financeira:

... "A execução orçamental da receita do Município indica o desvio negativo significativo nos proveitos originários das receitas correntes em 16% (principalmente de impostos directos, venda de bens e serviços e de rendimento de propriedade) e de 69% de receitas de capital (alienação de bens de investimento e transferências de participações em investimento), uma vez que em 30 de Junho de 2008, apenas tinham sido cumpridos cerca de 7,2 milhões de euros dos 23,1 milhões de euros previstos para a totalidade do exercício de 2008.

- "...existem compromissos financeiros com várias entidades que não estão reflectidos no balanço (cujo serviço ainda não foi prestado ou a aquisição efectuada), em que o total contratualizado atinge os 112,2 milhões de euros (sem contar com eventuais correcções de preços), dos quais 14,6 milhões de euros serão liquidáveis em 2009." - **Pedro Martins, Vereador do PSD na Câmara Municipal de Portimão**



Notícias dos Açores

Presidente da República endurece críticas ao Estatuto Político-Administrativo considerando que tem normas “absurdas”, é “um revés” para “qualidade da democracia” e “afecta o normal funcionamento das instituições”



Em vésperas de fim-de-ano, o Presidente da República endureceu as críticas ao Estatuto Político-Administrativo dos Açores, considerando que tem normas “absurdas”, é “um revés” para “qualidade da democracia” e “afecta o normal funcionamento das instituições”.

“O que está em causa é o superior interesse do Estado”, declarou Cavaco Silva, numa declaração no Palácio de Belém, e em que, apesar das críticas, anunciou ter promulgado a lei aprovada há 10 dias por larga maioria no Parlamento, com a abstenção do PSD, depois do seu veto em Outubro.

Cavaco Silva justificou a sua decisão com “o compromisso” que assumiu como Chefe do Estado de cumprir a Constituição e que o obriga a promulgar um diploma, vetado pelo Presidente, depois de confirmado pela Assembleia da República.

E alerta que o Estatuto introduz um “precedente grave” e “restringe, por lei ordinária, os exercício das competências políticas do Presidente

previstas na Constituição”.

Em cinco páginas e durante sete minutos da declaração, na Sala dos Embaixadores, em Belém, Cavaco Silva admitiu que a aprovação do diploma, incluindo pela maioria socialista do primeiro-ministro, José Sócrates, também é uma “questão de lealdade no relacionamento entre órgãos de soberania”.

Na sua declaração, Cavaco deixa duas perguntas no ar.

“Será normal e correcto que um órgão de soberania imponha ao Presidente da República a forma como ele deve exercer os poderes que a Constituição lhe confere?”, questionou.

“Será normal e correcto que a Assembleia da República imponha uma certa interpretação da Constituição para o exercício dos poderes constitucionais”, interrogou-se ainda.

É por isso, argumentou, que “limitar o exercício dos poderes do Presidente da República por lei ordinária abala o equilíbrio dos

poderes e afecta o normal funcionamento das instituições” - um dos motivos do seu veto político, em Outubro.

Cavaco Silva lembrou que, com o Estatuto Político-Administrativo dos Açores, a dissolução do Parlamento Regional tem mais exigências do que para dissolver a Assembleia da República.

Além dos partidos nela representados e do Conselho de Estado, o Chefe do Estado tem também de “ouvir o Governo Regional e a própria Assembleia da Região”.

“Trata-se de uma solução absurda, como foi sublinhado por eminentes juristas”, concluiu, relativamente à sua segunda objecção ao diploma.

Mas “o absurdo”, sublinhou, “não se fica por aqui” dado que este problema não pode vir a ser ultrapassado no futuro dado que a Assembleia da República está condicionada a alterações que venham a ser aprovadas pelo Parlamento açoriano.

“Os poderes dos deputados à Assembleia da República nesta matéria foram hipotecados para sempre”, advertiu.

O Presidente tem uma explicação para o facto de a Assembleia da República, e a maioria PS, não terem alterado o Estatuto, apesar das “vozes, vindas dos mais variados quadrantes, terem apelado para que o fizesse”.

“Principalmente, quando a atenção dos agentes políticos devia estar concentrada na resolução dos graves problemas que afectam a vida das pessoas?”, frisou.

Cavaco Silva fez a pergunta e dá a resposta, concluindo ter havido “razões meramente partidárias para a decisão” da Assembleia e que resultam num “sério revés” na “qualidade da democracia”.

A conclusão do Presidente - da motivação das “razões meramente partidárias” - foi retirada tendo em conta a “análise de comportamentos e das afirmações feitas ao longo do processo e pelas informações” recolhidas “em privado” pelo próprio.

Independentemente de considerar que o Estatuto dos Açores não é “um problema do actual Presidente” ou de seja previsível a necessidade de dissolução do Parlamento regional, Cavaco define-a como uma “questão de princípio e de salvaguarda dos fundamentos essenciais” do sistema político português.

A declaração presidencial, sem direito a perguntas, terminou com um aviso: “Nunca ninguém poderá dizer que não fiz tudo o que estava ao meu alcance para impedir que interesses partidários de ocasião se sobrepusessem aos superiores interesses nacionais”.

Na primeira votação, em Junho, a revisão do Estatuto dos Açores foi aprovada por unanimidade, seguindo-se um veto por inconstitucionalidades, depois de Cavaco Silva ter pedido a fiscalização do diploma pelo Tribunal Constitucional (TC).

Na segunda, em Setembro, corrigidas as inconstitucionalidades apontadas pelo TC, o diploma voltou a ser aprovado por unanimidade, mas foi depois vetado pelo Presidente.

Na terceira votação, há dez dias, a 19 de Dezembro, o Estatuto Político-Administrativo dos Açores foi confirmado na Assembleia da República com os votos favoráveis de todas as bancadas, excepto o PSD, que se absteve.

Criado a partir da Revisão Constitucional de 2004, que alargou as competências das regiões autónomas, o novo Estatuto Político-Administrativo dos Açores aborda matérias que, até agora, estavam reservadas aos órgãos do Estado.

O documento enuncia, de forma exhaustiva, as competências legislativas da região, define as condições de dissolução da Assembleia Regional e altera o estatuto dos titulares de cargos

políticos e o seu regime de incompatibilidades e impedimentos.

Fonte: Lusa

Berta Cabral eleita líder do PSD/Açores

Berta Cabral foi eleita líder do PSD/Açores, com 98,5 por cento dos votos.

Nas eleições directas para liderança dos social-democratas açorianos participaram 2446 militantes.

A presidente eleita do PSD/Açores garantiu terça-feira que o partido coloca o interesse da Região “acima do interesse partidário”.

Berta Cabral acrescentou que o PSD/Açores, no mesmo dia em que “demonstra ser um partido mobilizado e decidido”, provou, igualmente, ser um partido “proponente e útil”, e que “não passa ao lado dos problemas concretos dos açorianos”.

A presidente eleita do PSD/Açores destacou a recente apresentação pública de um plano global de combate à crise, “que passa por um plano integrado de apoio às pequenas e médias empresas e por um plano estruturado de apoio às famílias”.

A nova líder social-democrata revelou, ainda, que o partido vai defender que o serviço público de transporte aéreo entre a Região e o continente seja revisto.

Para Berta Cabral, deve proceder-se à revisão das actuais obrigações de serviço público, de uma forma que “traduza um quadro mais adequado de indemnizações compensatórias às empresas que prestam o serviço”.

De acordo com a presidente eleita do PSD/Açores, tal revisão deve conduzir à “redução real do custo das passagens para os residentes”, embora “sem prejuízo para as companhias aéreas”.

“Se já fôssemos governo este problema já estaria resolvido”, assegurou.

Berta Cabral foi eleita com 98,5 por cento dos votos.

Nas eleições directas para liderança dos social-democratas açorianos participaram 2446 militantes.

PSD “na expectativa” da actuação camarária em Angra

O PSD votou “com reservas”, o plano e orçamento da câmara de Angra do Heroísmo, documento que foi aprovado em sessão da assembleia municipal, onde os social-democratas referiram “dar o benefício da dúvida ao actual elenco e aos seus projectos, salvaguardando que o passado recente indica que muitas das promessas para o concelho vão ficando por cumprir, assim como aos contornos de algumas propostas faltam consistência”, explicaram.

Segundo Fernando Dias, membro da bancada do PSD na assembleia angrense, “corre-se o risco do orçamento estar empolado, de modo a fazer face às grandes despesas correntes que existem”, da mesma forma que recorda “a baixa execução orçamental a que a autarquia nos tem habituado, e que foi de cerca de 35% em 2008”, aferiu, citando a história recente “como dando poucas garantias nesse campo”, comentou.

Sobre a sustentação financeira do documento em discussão, aquele representante do PSD lembrou também o peso relativo “bastante alto das participações comunitárias nos princípios orientadores do plano, o que nos preocupa sabendo que, em 2008, ainda não houve transferências dos fundos europeus para Angra”, sendo que “continuam a não ser salvaguardados interesses claros como

a gestão transparente da empresa municipal para a programação cultural”, explicou.

Sobre a Culturangra, Fernando Dias disse não compreender que “no primeiro ano da empresa as despesas com pessoal – cerca de um milhão de euros – foram anunciadas como descendentes no ano seguinte”, pelo que o PSD “estranha que, para 2009, a dotação da empresa seja o dobro – cerca de dois milhões de euros –”, estando “por explicar as vantagens de ter uma empresa municipal condenada ao prejuízo”, acrescentou.

O deputado fez também referências claras às “faltas da autarquia”, face ao programa eleitoral apresentado em 2005, frisando “as muitas promessas por cumprir, que vão desde os parques temáticos à requalificação do clube náutico, passando pela finalização das obras na baía ou pelo calçada na marina, tudo coisas que caíram no esquecimento camarário”, disse Fernando Dias.

Sobre a crise da falta de água no concelho, o social-democrata deixou presente que “o recente anúncio de obras e melhoramentos da rede de abastecimento não é uma certeza de solução, pois faltam apurar as reais causas do decréscimo dos caudais, como provam as muitas opiniões divergentes sobre o assunto”. Referindo-se ao problema “como uma temática que requer ainda muito estudo”, o deputado reiterou as críticas “a uma rede hídrica que está desgastada e ultrapassada, daí podendo advir grande parte das carências, caso não se proceda a uma aturada remodelação, ou se estabeleçam parâmetros sérios no conhecimento dos aquíferos”, concluiu.

– Fonte: Lusa





Investimento em Gaia

A Juventude Social-Democrata de Vila Nova de Gaia repudia a falta de coerência, honestidade e inexactidão do conteúdo do comunicado emitido pelo Bloco de Esquerda no dia 17 do corrente mês e da sua tentativa de descredibilização do sucesso da política de emprego e de captação de investimento realizado pela Câmara Municipal de Gaia.

O Bloco Esquerda tem uma noção bastante distorcida da realidade e das competências de uma autarquia e do trabalho que foi desenvolvido em Gaia.

Para infortúnio dos dirigentes do BE de Gaia esse trabalho e projecto camarário vai continuar e persistir para além deste mandato porque tem a confiança da larga maioria dos Gaienses.

O Bloco de Esquerda se efectuasse uma análise honesta saberia muito bem que os empregos anunciados irão ser criados no futuro próximo e não no momento.

Apesar de ser verdade que Vila Nova de Gaia tem uma taxa de desemprego acima do que gostaríamos que fosse, este é um flagelo que acontece por todo o país e não se pode tentar responsabilizar este executivo camarário por esta dramática situação de dimensão nacional.

O Bloco de Esquerda também omitiu que Vila Nova de Gaia é um concelho na vanguarda na educação, no ambiente e que cresce todos os dias, sendo uma atracção para inúmeras pessoas e empresas porque sentem que terão mais oportunidades e condições neste Concelho do que noutros.

A sessão, realizada no Palácio da Bolsa, de apresentação dos mil milhões de investimento que o Bloco ironiza como de uma brincadeira tratasse, mas não o é, senão o Governo Português não se teria aliado, para não ser mais cáustico, à iniciativa.

Esse sim é que tem a responsabilidade de combater o desemprego porque

detém os meios que a Câmara Municipal de Gaia não dispõe.

Mas este investimento é o resultado do trabalho de quem governa os destinos do concelho numa lógica de desenvolvimento sustentado e responsável e que se iniciou com a criação de infra-estruturas que permitissem as empresas deslocarem-se para Vila Nova de Gaia, como o saneamento, os parques industriais e tecnológicos, uma boa rede viária e com acessos aos grandes eixos viários, só para enumerar alguns.

A criação de duas empresas municipais como a AmiGaia e a InovaGaia vem demonstrar que a Câmara Municipal de Gaia está empenhada em combater o desemprego no Concelho.

A primeira tem como objectivo atrair o investimento e desta forma combater o emprego e de reforçar a inovação tecnológica do tecido empresarial do concelho e promover a internacionalização das empresas.

A segunda está ao lado das empresas desde que se desenha o plano de negócios e, de seguida, percorre os caminhos que passam pelos apeadeiros do desenvolvimento, da obtenção de financiamento, do aproveitamento de programas comunitários até à constituição de empresa.

Estas empresas, que são o testemunho activo de uma dinâmica política levada a cabo em torno da captação e sucesso do investimento no concelho. Promovendo uma real e efectiva articulação do investimento com uma política de emprego para o concelho.

Deste modo, a Juventude Social Democrata de Gaia congratula-se pela forma positiva, eficaz e empreendedora como a Câmara Municipal de Gaia e o Dr. Luís Filipe Menezes conseguiram atrair cerca de mil milhões de investimento para o concelho, com uma projecção de criação de cerca de 5 mil postos de trabalho. - **JSD/Gaia**



À CONQUISTA DE LISBOA

(Comunicado dos TSD)

A Comissão Política Nacional do PSD confirmou como candidato à Presidência da Câmara Municipal de Lisboa nas próximas eleições autárquicas o Dr. Pedro Santana Lopes.

É um nome que, por si só, é a garantia duma campanha eleitoral dinâmica, esclarecedora e vencedora do desafio que enfrenta.

Pedro Santana Lopes é uma referência para o PPD/PSD.

Deputado Nacional, Deputado Europeu, Presidente do PPD/PSD, Presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz, 1º Ministro, Presidente da Câmara Municipal de Lisboa para onde, estamos convictos, voltará nas próximas eleições autárquicas pois é a candidatura certa no momento certo.

Porém é necessário que todos os militantes e simpatizantes do PSD não regateiem esforços para o apoiar na próxima campanha eleitoral autárquica.

Os TSD de Lisboa/AML estarão certamente na primeira linha desse combate no qual esperamos fundamentadamente sair vitoriosos para bem de Lisboa.

As nossas boas festas

A Distrital dos TSD de Lisboa/AML e o Gabinete de Estudos TSD/AML desejam a todos os trabalhadores Portugueses em geral, e aos trabalhadores Social Democratas em especial, bem como às suas famílias, um Feliz Natal e novo Ano de 2009 tão bom quanto as circunstâncias o permitam. - **Lisboa, 23 de Dezembro de 2008. O Secretariado Distrital dos TSD de Lisboa/AML (gabinete de Estudos)**



ÁGUEDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Águeda, para reunir no próximo dia 28 de Janeiro de 2009, (quarta-feira) pelas 21H30, na sede sita na Rua Joaquim Francisco de Oliveira, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Informações e análise da situação política nacional;
- 2 - Plano de actividades e Orçamento para o ano de 2009.

ALPIARÇA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Alpiarça, para reunir no próximo dia 12 de Fevereiro de 2009, (quinta-feira) pelas 17h00, na sede, sita na Rua Luis de Camões, nº 9, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto único - Eleição dos Órgãos Políticos da Secção (Comissão Política de Secção e Mesa da Assembleia de Secção).

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estão abertas entre as 17h00 às 21h00

CADAVAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção do Cadaval, para reunir no próximo dia 07 de Fevereiro de 2009, (Sábado) pelas 20h00, na sede Concelhia, sita na Rua D. Fernando nº12, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto único - Eleição da Comissão Política de Secção e da Mesa da Assembleia de Secção.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estão abertas entre as 20h00 às 23h00

CASTRO DAIRE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Castro Daire, para reunir no próximo dia 10 de Janeiro de 2009, (sábado) pelas 15H00, na sede da Junta de Freguesia de Castro Daire, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Informações;
- 2 - Análise e discussão do contexto político;
- 3 - Outros Assuntos.

CHAVES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Chaves, para reunir no próximo dia 23 de Janeiro de 2009, (sexta-feira) pelas 21H00, na sede sita na Rua Tenente Valadim, 47, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Apreciar e deliberar sobre as contas da secção relativas ao ano de 2008;
- 2 - Análise da situação política;
- 3 - Outros Assuntos.

LOURES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Loures, para reunir no próximo dia 22 de Janeiro de 2009, (quinta-feira) pelas 21h00, na sede, sita no Largo Tristão Vaz Teixeira, nº 5-C - Parque Residencial do Almirante, em Santo António dos Cavaleiros, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1 - Apreciação da proposta da Comissão Política de candidaturas às Assembleias das Freguesias de Bucelas, Fanhões, Frielas, Loures, Lousa, Stº António dos Cavaleiros, Stº Antão do Tojal e S. Julião do Tojal

2 - Apreciação e votação das contas referentes ao ano de 2008

3 - Aprovação do orçamento para o ano de 2009

PARANHOS / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia do Núcleo de Paranhos, para reunir no próximo dia 15 de Janeiro de 2009, (quinta-feira) pelas 21H00, na sede do núcleo sita na Rua do Campo Lindo, nº 63, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Análise da situação política;
- 2 - Preparação da Convenção Autárquica;
- 3 - Sugestões para o programa eleitoral autárquico;
- 4 - Outros Assuntos.

PONTE DE LIMA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Ponte de Lima, para reunir no próximo dia 16 de Janeiro de 2009, (sexta-feira) pelas 21H00, na sede sita na Praceta Dr. Vieira de Araújo, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Informações;
- 2 - Apresentação da proposta da Comissão Política de Secção sobre a candidatura autárquica de 2009.

QUELUZ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Queluz, para reunir no próximo dia 8 de Fevereiro de 2009 (Domingo), pelas 18h00, na sede, sita na Rua D. Pedro IV nº 28 A, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto único - Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estão abertas entre as 18h00 e as 22h00.

SANTA MARIA DA FEIRA / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia do Núcleo de Santa Maria da Feira, para reunir no próximo dia 06 de Fevereiro de 2009, (sexta-feira) pelas 21H00 na sede concelhia, sita na Rua dos Descobrimentos, nº 18 em Santa Maria da Feira, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição da Comissão Política de Núcleo.

Nota:

As listas candidatas devem ser entregues, na sede concelhia das 22H00 às 24H00, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o substitua até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estão abertas entre as 21H00 e as 23H00

SÃO BRÁS DE ALPORTEL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de S. Brás de Alportel, para reunir no próximo dia 16 de Janeiro de 2009, (sexta-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Rua Poeta Bernardo Passos, nº 29/31, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1 - Discussão e votação da proposta de candidato à Presidência da Câmara Municipal de S. Brás de Alportel, apresentada pela CPS

2 - Análise da situação política local e regional

SINTRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Sintra, para reunir no próximo dia 29 de Janeiro de 2009 (quinta-feira), pelas 21H00, na Sede da Secção, sita na Rua Mário Costa Ferreira Lima, nº 7-A, na Portela de Sintra, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Informações gerais.
- 2 - Apresentação do Relatório de Gestão e Contas de 2008.
- 3 - Apresentação do Plano de Actividades e Orçamento para 2009.
- 4 - Análise e discussão da situação político - partidária

VIANA DO CASTELO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Viana do Castelo, para reunir, extraordinariamente, no próximo dia 10 de Janeiro de 2009, (sábado) pelas 16h30, no Auditório do Hotel Viana Sol, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1 - Plano estratégico e desenvolvimento do PSD no Distrito
- 2 - Aprovação do orçamento para 2009



CONSELHO NACIONAL DA JSD DE 2009

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos convoco Conselho Nacional Ordinário para o dia 14 de Fevereiro de 2009, às 15h30, no Hotel Serra da Estrela, em Penhas da Saúde, no concelho da Covilhã, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 - Informações

2 - Eleição dos Representantes da JSD no Conselho Nacional do PSD

3 - Análise da Situação Política

a) As listas devem ser entregues na Sede Nacional da JSD, em Lisboa, ao Presidente da Mesa do Congresso ou a quem o possa estatutariamente substituir, em duplicado, segundo os Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

b) As urnas estarão abertas das 17h00 às 18h00.

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional da JSD (Daniel Fangueiro)

NÚCLEO DE SÃO

MARTINHO DO CAMPO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se os militantes do Núcleo Residencial da JSD de S. Martinho do Campo, para reunir no dia 14 de Fevereiro de 2009, pelas 14 horas, sita na Rua de Cedofeita, Centro Comercial S. Domingos, loja 3, S. Martinho do Campo, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política de Núcleo

Nota:

a) As listas deverão ser entregues até às 24 horas do dia 11 de Fevereiro de 2009, sita na Rua de Cedofeita, Centro Comercial S. Domingos, loja 3, S. Martinho do Campo.

b) A urna funcionará das 14h00 às 16 horas.

A Presidente da Mesa do Plenário de Secção da JSD de Santo Tirso (Ricardina Bessa)

NÚCLEO DE RORIZ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se os militantes do Núcleo Residencial da JSD de Roriz, para reunir no dia 14 de Fevereiro de 2009, pelas 14 horas, sita na Rua da Portela, n.º 232, Roriz, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política de Núcleo

Nota:

a) As listas deverão ser entregues até às 24 horas do dia 11 de Fevereiro de 2009, sita na Rua da Portela, n.º 232, Roriz.

b) A urna funcionará das 14h00 às 16 horas.

A Presidente da Mesa do Plenário de Secção da JSD de Santo Tirso (Ricardina Bessa)

NÚCLEO DE ALÉM RIO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se os militantes do Núcleo Residencial da JSD de Além Rio, para reunir no dia 14 de Fevereiro de 2009, pelas 14 horas, na Sede do PSD, sita na Rua Dr. Carneiro Pacheco, Centro Comercial Carneiro Pacheco, 1.º andar, Loja 5, em Santo Tirso, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política de Núcleo

Nota:

a) As listas deverão ser entregues até às 24 horas do dia 11 de Fevereiro de 2009, sita na Rua Dr. Carneiro Pacheco, Centro Comercial Carneiro Pacheco, 1.º andar, Loja 5, em Santo Tirso.

c) A urna funcionará das 14h00 às 16 horas.

A Presidente da Mesa do Plenário de Secção da JSD de Santo Tirso (Ricardina Bessa)

NÚCLEO DE VILA DAS AVES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se os militantes do Núcleo Residencial da JSD de Vila das Aves, para reunir no dia 14 de Fevereiro de 2009, pelas 14 horas, sita na Travessa da Fonte, n.º 56, Vila das Aves, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política de Núcleo

Nota:

a) As listas deverão ser entregues até às 24 horas do dia 11 de Fevereiro de 2009, sita na Travessa da Fonte, n.º 56, Vila das Aves.

b) A urna funcionará das 14h00 às 16 horas.

A Presidente da Mesa do Plenário de Secção da JSD de Santo Tirso (Ricardina Bessa)

PORTIMÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Secção de Portimão, para reunir no próximo dia 13 de Fevereiro de 2009 (6.ª feira), pelas 21 horas, na Sede do PSD/Portimão, sita na Rua Machado Santos, n.º 17 – R/c, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único – Eleição da Comissão Política de Secção da JSD/Portimão.

Notas:

1 – As listas devem ser entregues à Presidente da Mesa do Plenário de Secção, ou ao seu substituto legal, até às 24 horas do terceiro dia anterior à eleição.

2 – As urnas estarão abertas por um período de 1 hora.

3 – As listas deverão ser devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos e apresentar as respectivas subscrições.

A Presidente da Mesa do Plenário da JSD/Portimão (Laura Martins Sena)

GUIMARÃES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco Plenário Ordinário de militantes da JSD da Secção de Guimarães para o dia 23 de Janeiro de 2009, pelas 21 horas, a realizar na Sede Concelhia do PSD/Guimarães, sita no Largo do Toural, n.º 125, 1.º andar, Guimarães, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Informações;

2 – Análise da Situação Política;

3 – Outros Assuntos considerados de interesse relevante.

O Presidente da Mesa do Plenário de Secção (Rui Armindo Freitas)

BRAGA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoca-se os militantes da Secção de Braga, para reunir no dia 16 de Janeiro de 2009, pelas 21h30, na Sede Concelhia do PSD, sita no Largo da Senhora – a – Branca, n.º 116, em Braga, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Informações;

2 – Análise da situação Política Local;

3 – Análise da situação Política Nacional.

O Presidente da Mesa do Plenário da JSD de Braga (Manuel Pereira)

NÚCLEO DE LOBÃO – S. MARIA DA FEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se Plenário de Núcleo Residencial da JSD de Lobão – Santa Maria da Feira, para reunir no dia 13 de Fevereiro de 2009, pelas 21h30, na Sede, sita na Rua do Comércio, n.º 913, Freguesia de Lobão, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política de Núcleo Residencial de Lobão – Santa Maria da Feira.

Nota:

O acto eleitoral decorrerá entre as 21h30 e as 22h30.

As listas candidatas deverão ser entregues até ao dia 10 de Fevereiro de 2009, na Sede Concelhia, sita na Rua dos Descobrimientos, n.º 18, na Freguesia da Feira.

O Presidente da Mesa do Plenário de Secção (Rufino Ferreira)

LOURINHÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Secção da JSD de Lourinhã, para reunir no próximo dia 6 de Fevereiro de 2009, pelas 21 horas, na Sede da Secção de Lourinhã, sita na Urbanização Parque Desportivo, Lote 27 – R/c, em Lourinhã, com a seguinte ordem de trabalhos:

Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Secção da Lourinhã da JSD.

Notas:

a) As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Distrital da JSD Área Oeste, ou a quem estatutariamente o substituir, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede de Concelhia da JSD da Lourinhã, sita na morada acima identificada, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamento Eleitoral da JSD.

b) As urnas estarão abertas das

21h00 às 23 horas.

O Presidente da Mesa da Distrital (Ricardo Machado)

LOULÉ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis convoca-se o Plenário de Secção de Loulé de JSD para reunir no dia 7 de Fevereiro de 2009, pelas 14h30, na Sede do PSD de Loulé, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, em Loulé, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Secção da JSD/Loulé.

Notas:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da JSD/Loulé ou a quem estatutariamente o substitua, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral na Sede do PSD Loulé, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, em Loulé, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD.

As urnas estarão abertas entre as 14h30 e as 15h30.

O Presidente da Mesa do Plenário da JSD/Loulé

(Horácio Guerreiro)

TERRAS DE BOURO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais Regulamentos em vigor, convoco o Plenário de Secção de Terras de Bouro, para uma reunião dia 13 de Fevereiro de 2009 (6.ª feira), pelas 21h30, na Sede Concelhia do PSD de Terras de Bouro, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário de Secção e da Comissão Política de Secção.

Nota:

1 – As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa, de acordo com os Estatutos e Regulamento da JSD.

2 – As urnas estarão abertas das 21h30 às 22h30.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital de Braga (João Miguel Sá)

CONSELHO DISTRITAL DE BRAGA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais Regulamentos em vigor, convoco o Conselho Distrital de Braga, para uma reunião no dia 17 de Janeiro de 2009 (sábado), pelas 21h30, nos Bombeiros Voluntários de Braga, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Informações;

2 – Marcação do Acto Eleitoral para a Comissão Política Distrital.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital de Braga

(João Miguel Sá)

I

ELEIÇÕES DOS CONSELHEIROS DISTRITAIS JSD/ ALGARVE

Concelho	Dia	Local	Período
Loulé	7/Fev.	Rua Dr. Francisco Sá Carneiro	16.30/18.00
Faro	7/Fev.	Rua Vasco da Gama, 54 – 1.º Dtº	16.30/18.00
Albufeira	7/Fev.	R. Vale Pedras – Edf. Palmeiras – 1.º Dtº	16.30/18.00
V. Real Sto. António	7/Fev.	Sede do PSD	16.30/18.00
Silves	7/Fev.	Rua Cândido dos Reis, Lote C, Loja B	16.30/18.00
Tavira	7/Fev.	Centro Comercial Tavira – Loja 7	16.30/18.00
Portimão	7/Fev.	Sede do PSD – Rua Machado dos Santos, n.º 17	16.30/18.00
Olhão	7/Fev.	Sede do PSD	16.30/18.00
Lagoa	7/Fev.	Rua Joaquim Eugénio Júdice, n.º 3 – 1.º Esq.	16.30/18.00

a) As listas devem ser entregues nas respectivas Sedes Concelhias, ao Presidente da Mesa do Plenário respectiva ou a quem o possa estatutariamente substituir. Entrega das listas em duplicado, segundo os Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional da JSD
(Daniel Fangueiro)

CONSELHO DISTRITAL ELEITORAL DA JSD/ALGARVE DE 2009

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos convoco Conselho Distrital Eleitoral da JSD/Algarve para o dia 20 de Fevereiro de 2009, às 21h30, na Rua projectada no Estádio São Luís em Faro, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Eleição a Comissão Política Distrital de Algarve da JSD;
2. Eleição da Mesa do Conselho Distrital de Algarve da JSD;
3. Eleição dos delegados da JSD à Assembleia Distrital de Algarve do PSD;

a) As listas devem ser entregues na Sede Distrital do PSD/Algarve, ao Presidente da Mesa do Congresso ou a quem o possa estatutariamente substituir, em duplicado, segundo os Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

b) As urnas estarão abertas das 22h00 às 23h30.

O Presidente da Mesa do Congresso da JSD
(Daniel Fangueiro)

ELEIÇÕES DOS CONSELHEIROS DISTRITAIS JSD/ PORTALEGRE

Concelho	Dia	Local	Período
Alter do Chão	7/Fev.	Sede do PSD	16.30/17.30
Crato	7/Fev.	Sede do PSD – Antigos Celeiros do EPAC	16.30/17.30
Fronteira	7/Fev.	Sede do PSD – R. Frei Manuel Cardoso, n.º 39	16.30/17.30
Nisa	7/Fev.	Sede do PSD	16.30/17.30
Ponte de Sor	7/Fev.	Sede do PSD – Trv. Proj. à Rua João de Deus, n.º 18	16.30/17.30

– 1.º A 16.30/17.30

Portalegre 7/Fev. Sede do PSD – Largo 28 de Janeiro, n.º 10 16.30/17.30

c) As listas devem ser entregues nas respectivas Sedes Concelhias, ao Presidente da Mesa do Plenário respectiva ou a quem o possa estatutariamente substituir. Entrega das listas em duplicado, segundo os Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional da JSD
(Daniel Fangueiro)

CONSELHO DISTRITAL ELEITORAL DA JSD/ PORTALEGRE DE 2009

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos, convoco Conselho Distrital Eleitoral da JSD/Portalegre para o dia 21 de Fevereiro de 2009, às 15h30, na Largo 28 de Janeiro, 10 em Portalegre, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Eleição a Comissão Política Distrital de Portalegre da JSD;
2. Eleição da Mesa do Conselho Distrital de Portalegre da JSD;
3. Eleição dos delegados da JSD à Assembleia Distrital de Portalegre do PSD;

a) As listas devem ser entregues na Sede Distrital do PSD/Portalegre, ao Presidente da Mesa do Congresso ou a quem o possa estatutariamente substituir, em duplicado, segundo os Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

b) As urnas estarão abertas das 16h00 às 17h30.

O Presidente da Mesa do Congresso da JSD
(Daniel Fangueiro)

CONSELHO DISTRITAL DE COIMBRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, bem como dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Conselho Distrital da JSD de Coimbra para reunião a realizar no próximo dia 7 de Fevereiro de 2009 (Sábado), das 15h30 às 17 horas, na Sede do PSD de Tábua, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição do representante do Distrito de Coimbra no Conselho de Jurisdição de 1.ª Instância da JSD.

Nota:

As candidaturas deverão ser entregues nos termos dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD, na Sede Distrital do PSD de Coimbra, sita na Rua dos Combatentes da Grande Guerra, n.º 23, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao do começo dos trabalhos.

O Presidente da Mesa do Plenário Distrital
(Filipe Carraco dos Reis)

VILA NOVA DE POIARES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, bem como dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário da Secção da JSD de Vila Nova de Poiares para reunião a realizar no próximo dia 7 de Fevereiro de 2009 (Sábado), das 18 horas às 21 horas, na Sede do PSD de Vila Nova de Poiares, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário de Secção e da Comissão Política de Secção da JSD de Vila Nova de Poiares.

Nota:

As candidaturas deverão ser entregues, nos termos dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD, na Sede do PSD de Vila Nova de Poiares até às 24 horas do terceiro dia anterior ao do começo dos trabalhos.

O Presidente da Mesa do Plenário Distrital
(Filipe Carraco dos Reis)

PORTIMÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Secção de Portimão, para reunir no próximo dia 13 de Fevereiro de 2009 (6.ª feira), pelas 21 horas, na Sede do PSD/Portimão, sita na Rua Machado Santos, n.º 17 – R/c, com a seguinte ordem de trabalhos: Ponto Único – Eleição da Comissão Política de Secção da JSD/Portimão.

Notas:
1 – As listas devem ser entregues à Presidente da Mesa do Plenário de Secção, ou ao seu substituto legal, até às 24 horas do terceiro dia anterior à eleição.
2 – As urnas estarão abertas por um período de 1 hora.
3 – As listas deverão ser devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos e apresentar as respectivas subscrições.

A Presidente da Mesa do Plenário da JSD/Portimão
(Laura Martins Sena)

PÓVOA DE VARZIM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convocam-se todos os militantes da Concelhia da JSD Póvoa de Varzim para reunirem em Plenário no dia 5 de Fevereiro de 2009, pelas 21h30, na Sede Concelhia do PSD da Póvoa de Varzim, sita na Praça do Almada, n.º 7 – 1.º Esq., com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Apresentação do Plano de Actividades para o primeiro semestre de 2009;
- 2 – Análise da situação política local / Eleições Autárquicas 2009;
- 3 – Análise da situação política nacional / Eleições Legislativas 2009;
- 4 – Outros assuntos.

A Presidente da Mesa do Plenário Concelhio
(Carla Barros)

NÚCLEO DE RECARDÃES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais Regulamentos aplicáveis, convoco o Plenário do Núcleo Residencial da JSD de Recardães, da Secção de Águeda, para reunir no próximo dia 7 de Fevereiro de 2009, das 15 às 17 horas, na Sede do Núcleo Residencial de Recardães da JSD, sita na Rua Póvoa da Igreja, Recardães, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e eleição da Comissão Política do Núcleo Residencial da JSD de Recardães.

Nota:

1 – As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da JSD de Águeda, ou a quem estatutariamente o possa substituir, na Sede da JSD de Águeda, sita na Quinta das Oliveiras, n.º 9, Águeda, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento do Acto Eleitoral da JSD.

2 – As urnas estarão abertas das 15 às 17 horas.

O Presidente da Mesa do Plenário da JSD de Águeda
(Carlos Franco)

ÍLHAVO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, bem como dos demais Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Secção de Ílhavo, para reunião a realizar no próximo dia 12 de Fevereiro de 2009, pelas 18 horas, na Sede do PSD de Ílhavo, sita na Av. 25 de Abril, Edifício Illiabum, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário da Secção e Comissão Política da Secção de Ílhavo.

Nota:

As listas de candidatos deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Secção, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede Concelhia do PSD de Ílhavo;

Para o exercício de voto as urnas estarão abertas das 18 horas às 20 horas.
O Presidente da Mesa do Plenário de Secção
(Nuno José Domingues Torres)

CELORICO DA BEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos em vigor, convoca-se o Plenário de Secção da JSD de Celorico da Beira, para reunir no próximo dia 7 de Fevereiro de 2009, pelas 18 horas, na Sede Concelhia, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição da Mesa do Plenário de Secção da JSD de Celorico da Beira;

2 – Eleição da Comissão Política de Secção da JSD de Celorico da Beira.

Nota:

O acto eleitoral decorrerá entre as 18 horas e as 19h30 em sistema de urna fechada. As listas candidatas deverão ser entregues até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral na Sede Concelhia do PSD.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital
(Nelson Costa)



Setúbal

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais dos TSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Setúbal dos TSD, para reunir no dia 16 de Janeiro de 2009, pelas 21H00, na Sede Concelhia de Setúbal do PSD, sita na Rua Rodrigues de Freitas, nº 23-1º Esq., em Setúbal, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Relatório e Contas de 2008;
2. Orçamento e Plano de Actividades para 2009;
3. Análise da Situação Política e Sindical.

Setúbal, 5 de Janeiro de 2009

O Presidente da Mesa

Aureliano Moreira Guedes